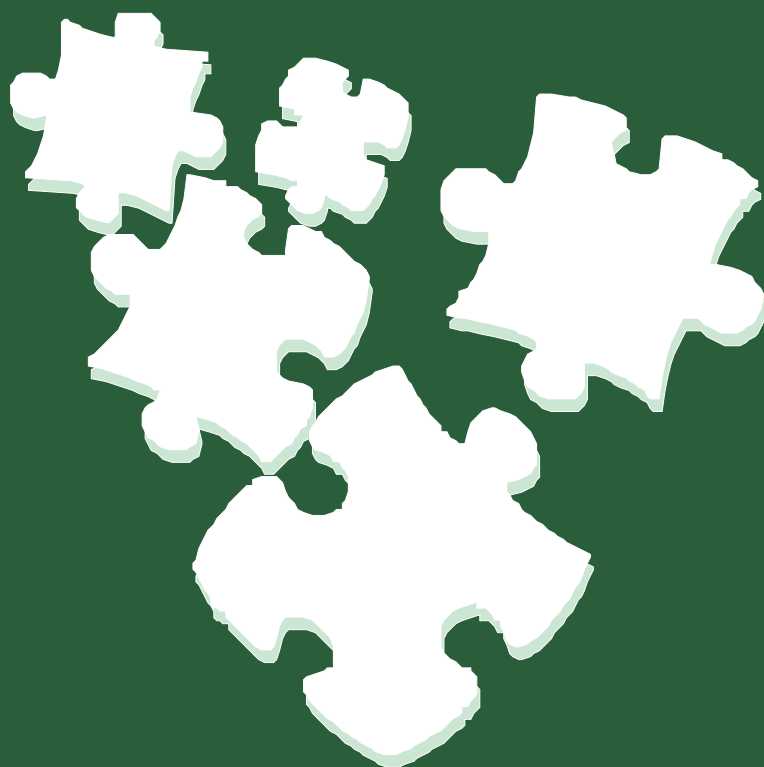




Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil



Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública

Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil

Brasília - DF
2013

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretária Executiva

Márcia Pelegrini

Secretária Nacional de Segurança Pública

Regina Maria Filomena De Luca Miki

**Diretora do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e
Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública**

Isabel Seixas de Figueiredo

Diretor Nacional do Projeto BRA/04/029

Guilherme Zambarda Leonardi



Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública

Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil

Brasília - DF
2013

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", edifício sede, 5º andar, sala 504

Telefone de contato: (61) 2025.3333

E-mail: depaid@mj.gov.br

2013 © Ministério da Justiça

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Edifício Sede, 5º andar, Sala 500, Brasília, DF, CEP 70.064-900.

Disponível em <http://portal.mj.gov.br>

ISBN: 978-85-820-398

Tiragem: 1.000 exemplares

Impresso no Brasil

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO

Isabel Seixas de Figueiredo

Ana Carolina Cambeses Pareschi

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Robson Niedson de Medeiros Martins

COORDENAÇÃO DA PESQUISA

Isabel Seixas de Figueiredo

Luciane Patrício Braga de Moraes

Ana Carolina Cambeses Pareschi

Sara Laís Rahal Lenharo

CONSULTORES PNUD

Aggeu Lemos Bezerra Neto

Keli Rodrigues Andrade

Alberi Espindula

Roberta Silva Magalhães Redorat

Fernando de Jesus Souza

COLABORAÇÃO

Ana Carolina Ribeiro Vieira Santos

Rene Carvalho de Brito

Ana Paula Dias Quirino da Silva

Ronis Zaina

Cristina Neme

Ygor Souza Rodrigues

Marcelo Sabino Martins

Mirella Soares Diniz

341.4347

D536P Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Diagnóstico da perícia criminal no Brasil / organização e
revisão de Isabel Seixas de Figueiredo e Ana Carolina
Cambeses Pareschi. -- Brasília : Ministério da Justiça, 2013.

124 p. : il., color.

ISBN: 978-85-820-398

1. Perícia criminal, aspectos metodológicos. 2. Perícia técnica,
diagnóstico. I. Figueiredo, Isabel Seixas de, org. II. Pareschi, Ana
Carolina Cambeses, org. III. Título.

CDD

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO	11
ASPECTOS METODOLÓGICOS	13
1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	17
1.1. Áreas Periciais	18
1.2. Especialidades Desenvolvidas	20
1.3. Interiorização e Cobertura dos Serviços Periciais	26
2. GESTÃO DA INFORMAÇÃO	33
2.1. Acesso à Internet	34
2.2. Sistemas de Gestão	36
2.3. Digitalização dos Arquivos das Unidades de Identificação	40
3. RECURSOS MATERIAIS	43
4. RECURSOS HUMANOS	51
5. FUNCIONAMENTO	75
6. PROCESSOS DE TRABALHO	81
6.1. Cadeia de Custódia	81
6.2. Padronização de Procedimentos Operacionais	85
6.3. Avaliação Interna dos Laudos	91
7. PRODUTIVIDADE	95
7.1. Produção em 2011	97
7.2. Demandas recebidas e atendidas em 2011	105
7.3. Passivos	118

Lista de Figuras, Gráficos, Mapas e Tabelas

FIGURAS

1.	Capacitações mais demandadas, por temas, 2012	72
----	---	----

GRÁFICOS

1.	Existência e abrangência dos sistemas informatizados, em porcentagem, nas unidades pesquisadas, 2012	39
2.	Formação dos peritos criminais, percentual, por UF, 2012	58
3.	Tempo de serviço dos peritos criminais, percentual, por UF, 2012	60
4.	Tempo de serviço dos médicos legistas, percentual, por UF, 2012	61
5.	Tempo de serviço dos papiloscopistas, percentual, por UF, 2012	62
6.	Tempo de serviço dos peritos criminais, percentual, Brasil, 2012	63
7.	Tempo de serviço dos médicos legistas, percentual, Brasil, 2012	63
8.	Tempo de serviço dos papiloscopistas, percentual, Brasil, 2012	63
9.	Salário inicial dos profissionais de perícia, em reais, por UF, 2012	65
10.	Salário final dos profissionais de perícia, em reais, por UF, 2012	65
11.	Salário inicial dos profissionais de perícia, média nacional, em reais, 2012	66
12.	Salário final dos profissionais de perícia, média nacional, em reais, 2012	66
13.	Evolução salarial dos profissionais de perícia, média nacional, em reais, 2012	67
14.	Percentual de unidades de Criminalística cujos profissionais participaram de cursos de capacitação ou atualização, por UF, 2011	69
15.	Percentual de unidades de Medicina Legal cujos profissionais participaram de cursos de capacitação ou atualização, por UF, 2011	69
16.	Percentual de unidades de Identificação cujos profissionais participaram de cursos de capacitação ou atualização, por UF, 2011	69
17.	Percentual de Laboratórios Autônomos cujos profissionais participaram de cursos de capacitação ou atualização, por UF, 2011	70
18.	Percentual de Laboratórios de DNA cujos profissionais participaram de cursos de capacitação ou atualização, por UF, 2011	71
19.	Temas mais abordados nos processos de capacitação/atualização, 2011	71
20.	Tipos de escala de plantão nas unidades centrais de Criminalística, por UF, 2012	77
21.	Tipos de escala de plantão nas unidades centrais de Medicina Legal, por UF, 2012	78
22.	Tipos de escala de plantão nas unidades centrais de Identificação, por UF, 2012	78
23.	Tempo semanal para confecção de laudos nas unidades centrais de Criminalística, por UF, 2012	79
24.	Tempo semanal para confecção de laudos nas unidades centrais de Medicina Legal, por UF, 2012	79
25.	Percentual de existência de padronização de procedimentos sobre coleta de evidências nas unidades centrais de Criminalística, 2012	86
26.	Percentual de existência de padronização de procedimentos sobre coleta de evidências nas unidades de Medicina Legal, 2012	86
27.	Percentual de existência de padronização de procedimentos sobre coleta de evidências nas unidades centrais de Identificação, 2012	87
28.	Percentual de existência de padronização de procedimentos sobre coleta de evidências nos Laboratórios Autônomos, 2012	87
29.	Percentual de existência de padronização de procedimentos sobre coleta de evidências nos Laboratórios de DNA, 2012	88
30.	Percentual de existência de padronização de procedimentos de processamento de evidências nas unidades centrais de Criminalística, 2012	88
31.	Percentual de existência de padronização de procedimentos de processamento de evidências nas unidades centrais de Medicina Legal, 2012	89
32.	Percentual de existência de padronização de procedimentos de processamento de evidências nas unidades de Identificação, 2012	89
33.	Percentual de existência de padronização de procedimentos de processamento de evidências nos Laboratórios Autônomos, 2012	90
34.	Percentual de existência de padronização de procedimentos de processamento de evidências nos Laboratórios de DNA, 2012	90
35.	Percentual de atendimento da demanda de casos de 2011 no próprio ano nas unidades de Criminalística, por UF, 2011	107
36.	Percentual de atendimento da demanda de casos de 2011 no próprio ano nas unidades de Medicina Legal, por UF, 2011	108

37.	Percentual de atendimento da demanda de exames de eficiência balística de casos de 2011 no próprio, por UF, 2011	111
38.	Percentual de atendimento da demanda de exames de confronto balístico de casos de 2011 no próprio ano, por UF, 2011	113
39.	Percentual de atendimento da demanda de exames de local de crimes violentos de casos de 2011 no próprio ano, por UF, 2011	115
40.	Percentual de atendimento da demanda de exames de necropsia de casos de 2011 no próprio ano, por UF, 2011	117

MAPAS

1	Vinculação da atividade de perícia criminal nas Unidades Federativas, 2012	18
2	Vinculação dos Laboratórios nas Unidades Federativas, 2012	19
3	Existência e vinculação dos Laboratórios de DNA, 2012	20
4	Especialidades de papiloscopia atendidas nas unidades de Identificação, 2012	25
5	Interiorização das unidades de Criminalística nas Unidades Federativas, 2012	27
6	Interiorização das unidades de Medicina Legal nas Unidades Federativas, 2012	29
7	Acesso à internet nas unidades de Criminalística pesquisadas, 2012	34
8	Acesso à internet nas unidades de Medicina Legal pesquisadas, 2012	35
9	Acesso à internet nas unidades de Identificação pesquisadas, 2012	35
10	Sistemas de gestão da informação, unidades de Criminalística, Capitais, 2012	37
11	Sistemas de gestão da informação, unidades de Medicina Legal, Capitais, 2012	38
12	Sistemas de gestão da informação, unidades de Identificação, Capitais, 2012	38
13	Digitalização dos arquivos datiloscópicos, por UF, 2012	41
14	Existência e situação do AFIS nas unidades de Identificação, por UF, 2012	40
15	Existência de plano de carreira para peritos criminais, por UF, 2012	67
16	Existência de plano de carreira para médicos legistas, por UF, 2012	68
17	Existência de plano de carreira para papiloscopistas, por UF, 2012	68
18	Existência de plantão 24 horas na unidade central de Criminalística, por UF, 2012	76
19	Existência de plantão 24 horas na unidade central de Medicina Legal, por UF, 2012	76
20	Existência de plantão 24 horas na unidade central de Identificação, por UF, 2012	77

TABELAS

1	Especialidades atendidas nas unidades de Criminalística das capitais, por UF, 2012	22
2	Especialidades atendidas nas unidades de Medicina Legal das capitais, por UF, 2012	23
3	Especialidades atendidas pelos Laboratórios das capitais, por UF, 2012	24
4	Quantidade de unidades de Criminalística, por UF, 2012	28
5	Quantidade de unidades de Medicina Legal, por UF, 2012	30
6	Equipamentos em uso nas unidades de Criminalística e Laboratórios, por UF, 2012	45
7	Equipamentos em uso nas unidades de Medicina Legal, por UF, 2012	46
8	Número de câmaras de refrigeração, de câmaras frias e de vagas para cadáveres nas unidades de Medicina Legal, por UF, 2012	47
9	Quantidade de viaturas operacionais (rabecões), por UF, 2012	48
10	Equipamentos em uso nas unidades de Identificação, por UF, 2012	49
11	Quantidade total de profissionais de perícia, por UF, 2012	52
12	Distribuição dos peritos criminais, por UF, 2012	53
13	Distribuição dos médicos legistas, por UF, 2012	54
14	Distribuição dos papiloscopistas, por UF, 2012	55
15	Distribuição dos auxiliares de perícia nas unidades de Criminalística, por UF, 2012	56
16	Distribuição dos auxiliares de necropsia, por UF, 2012	57
17	Quantidade de peritos criminais por área prioritária de atuação, por UF, 2012	59
18	Elementos da cadeia de custódia nas unidades centrais de Criminalística, 2012	83
19	Elementos da cadeia de custódia nas unidades centrais de Medicina Legal, 2012	83
20	Elementos da cadeia de custódia nas unidades centrais de Identificação, 2012	83
21	Elementos da cadeia de custódia nos Laboratórios Autônomos, 2012	84
22	Elementos da cadeia de custódia nos Laboratórios de DNA, 2012	84
23	Existência de mecanismo de avaliação interna da qualidade dos laudos periciais, 2012	91
24	Responsável pela avaliação interna da qualidade dos laudos, percentual, 2012	92
25	Quantidade de laudos avaliados, percentual, 2012	92
26	Percentual de laudos expedidos pelas unidades de Criminalística, por tipo, por UF, 2011	98
27	Percentual de laudos expedidos pelas unidades de Medicina Legal, por tipo, por UF, 2011	100
28	Percentual de atividades executadas pelas unidades de Identificação, por tipo, por UF, 2011	102

29	Quantidade de laudos expedidos pelos Laboratórios Autônomos, por tipo, por UF, 2011	104
30	Quantidade de laudos expedidos pelos Laboratórios de DNA, por tipo, por UF, 2011	104
31	Requisições recebidas e laudos expedidos pelas unidades de Criminalística - casos de 2011, por UF, 2011	106
32	Requisições recebidas e de laudos expedidos pelas unidades de Medicina Legal – casos de 2011, por UF, 2011	108
33	Requisições de exame de eficiência balística recebidas e laudos expedidos - casos de 2011, por UF, 2011	110
34	Requisições de exame de confronto balístico recebidas e laudos expedidos - casos de 2011, por UF, 2011	112
35	Requisições de exame de local de crime violento recebidas e laudos expedidos - casos de 2011, por UF, 2011	114
36	Requisições de exame de necropsia recebidas e laudos expedidos - casos de 2011, por UF, 2011	116
37	Passivo de laudos nas unidades de Criminalística, por tipo, por UF, 2011	119
38	Passivo de exames nas unidades de Criminalística, por tipo, por UF, 2011	120
39	Passivo de armas existentes nas unidades de Criminalística para exame de eficiência ou confronto balístico, por UF, 2011	121
40	Passivo de laudos nas unidades de Medicina Legal, por tipo, por UF, 2011	122
41	Passivo de atividades nas unidades de Identificação, por tipo, por UF, 2011	124
42	Passivo de exames e laudos nos Laboratórios Autônomos, por tipo, por UF, 2011	125
43	Passivo de exames e laudos nos Laboratórios de DNA, por tipo, por UF, 2011	125

Lista de Abreviaturas e Siglas

- AFIS - Sistema Automatizado de Identificação de Digitais (em inglês Automated Fingerprint Identification System)
- DNA - Ácido Desoxirribonucleico (em inglês Deoxyribonucleic Acid)
- IC - Instituto de Criminalística
- II - Instituto de Identificação
- IML - Instituto Médico Legal
- Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública
- UF - Unidade da Federação

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça tem como uma de suas atribuições fomentar e realizar estudos e pesquisas voltados para a produção de conhecimento em temas relacionados à segurança pública. Dentre estas pesquisas, a realização de diagnósticos nacionais sobre instituições de segurança pública das unidades federativas destaca-se como uma ação permanente, que visa subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação dos programas e projetos desenvolvidos pela Senasp.

Neste sentido, é com muito orgulho que apresentamos este primeiro diagnóstico nacional sobre a perícia criminal.

O reconhecimento da importância do investimento da perícia como fator fundamental para realização de investigações inteligentes e profissionais, que resultem na identificação do criminoso e na produção de provas que possibilitem sua condenação é uma das principais pautas da Senasp neste governo. E, para aprimorar a qualidade dos investimentos que vem sendo feitos pelo governo federal, é fundamental conhecer melhor o perfil das instituições de perícia e mapear mais precisamente suas demandas.

A Senasp agradece profundamente todos os dirigentes e técnicos que contribuíram para a realização deste trabalho, atendendo diligentemente nossa equipe e os consultores que foram a campo e respondendo nossos infindáveis questionamentos.

Temos a certeza de que este trabalho é passo importante para otimizar os trabalhos desenvolvidos pela Senasp na área e, conseqüentemente, fortalecer o processo de produção da prova material e de esclarecimentos dos crimes, elementos fundamentais para realização de Justiça.

Boa leitura.

Regina Maria Filomena De Luca Miki
Secretária Nacional de Segurança Pública

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta constitui o primeiro diagnóstico da perícia criminal no Brasil. Foi elaborado com o propósito de subsidiar as ações de fortalecimento da perícia forense que compõem parte do Programa Brasil Mais Seguro, iniciativa do governo federal voltada à redução da criminalidade violenta que tem como foco central a redução da impunidade e prioriza o aprimoramento da produção da prova técnica.

O diagnóstico possibilitou à Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp ajustar sua atuação pertinente ao tema, bem como sistematizar e aprofundar o conhecimento sobre a estrutura, o funcionamento e as necessidades das instituições de perícia criminal das Unidades da Federação.

Este trabalho não foi realizado sem dificuldade. A perícia no Brasil carece de uma estrutura minimamente padronizada, o que faz com que se desenhe de forma diferente em cada Estado e no Distrito Federal. A escassez de dados sistematizados mostrou-se como regra e chamou-nos a atenção como os próprios gestores, muitas vezes, desconhecem suas instituições.

Assim, em que pese que as informações aqui apresentadas tenham sido fornecidas pelas próprias instituições, é necessário que os dados sejam lidos com ressalvas. Por mais que tenha se tentado garantir a consistência dos dados, em alguns casos isso não foi possível – e eis aí o primeiro ponto relevante do diagnóstico, o desconhecimento que a perícia criminal do Brasil tem de si mesma, não apenas no âmbito nacional, mas também no local.

Buscou-se levantar dados sobre o investimento feito nas perícias pelas UFs, mas, surpreendentemente, constatou-se o desconhecimento do orçamento ou a ausência de acompanhamento da execução orçamentária na maioria dos Estados. Somente quatro Estados mostraram não somente conhecer o orçamento e acompanhar sua execução como também o utilizá-lo como instrumento de gestão.

Também chamaram a atenção as informações pertinentes às escalas de trabalho e ao tempo reservado para confecção de laudos. As escalas de trabalho são totalmente diversas nas diferentes UFs e não raro encontram-se escalas que transformam a atividade pericial em quase um “serviço extra”, no qual o profissional de perícia comparece em seu local de trabalho uma vez por semana. A ausência de previsão de tempo para confecção de laudos – no ambiente de trabalho, e não em casa – também não é rara, o que é uma das causas para o número considerável de exames e laudos pendentes existente em quase todas as UFs.

Se há carência de pessoal, de equipamentos e de capacitação, mais do que tudo, a principal constatação deste diagnóstico aponta para a necessidade de reformulação da gestão da criminalística, sem o que o país seguirá carente de serviço tão fundamental para a proteção dos direitos humanos (das vítimas, dos acusados e dos criminosos) e para o fortalecimento do arcabouço probatório e a consequente redução da impunidade.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento deste trabalho combinou estratégias qualitativas e quantitativas de coleta de dados. Para sua realização foram contratados, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), consultores que, em conjunto com a Senasp elaboraram, testaram e revisaram instrumentos de coleta de dados e roteiros de entrevistas e/ou visitas técnicas que subsidiaram o levantamento de informações nos 26 Estados e no Distrito Federal.

Foram elaborados cinco questionários diferentes que atenderam às especificidades das unidades de Criminalística, Medicina Legal, Identificação, Laboratórios e Laboratórios de DNA (quando separados das estruturas da Criminalística e/ou da Medicina Legal) e quatro roteiros, para entrevistas com o Dirigente Geral de Perícia, com os Chefes de Unidades de Perícia, com peritos, médicos e papiloscopistas e um roteiro de visita às unidades.

Foram visitadas as unidades de perícia de todas as capitais e foram aplicados questionários que levantaram informações não apenas destas unidades, mas de toda a Unidade da Federação. Os dados foram coletados até o final de maio de 2012, porém o processo de análise verificou não apenas a existência de lacunas importantes como também de falhas na formulação de algumas questões. Assim, foram realizados dois processos de coleta de informações, por e-mail e telefonemas, que ocorreram na segunda quinzena de julho e no final de agosto e começo de setembro de 2012.

Os dados relativos às questões de estrutura organizacional, recursos humanos, equipamentos, gestão da informação, funcionamento, especialidades atendidas, exames realizados, avaliação interna de laudos, coleta e preservação de vestígios e procedimentos operacionais padrões referem-se ao ano de 2012, até o momento em que foram coletadas as informações. Já os dados relativos às questões de capacitação e produtividade (solicitação de perícias, expedição de laudos, passivo de laudos etc.) referem-se ao ano de 2011.

Inicialmente os dados foram analisados por um dos consultores, contratado especificamente com essa função, e posteriormente foram revistos e reanalisados pela própria equipe da Senasp, que é a responsável pelo texto que ora se apresenta.

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional, referente tanto à subordinação da atividade pericial como às atividades realizadas pelos órgãos de perícia criminal dos Estados e do Distrito Federal foi o primeiro aspecto a ser pesquisado. Nesse sentido, buscou-se identificar:

- a) a vinculação da atividade pericial em relação às demais estruturas da Unidade da Federação e da segurança pública;
- b) a existência de uma unidade central responsável por coordenar as atividades de perícia nas unidades federadas;
- e c) as atribuições e atividades desenvolvidas pelos órgãos periciais das Unidades da Federação.

Com relação à subordinação e autonomia da função pericial (Mapa 1), verifica-se que a atividade pericial é em maior parte do país vinculada diretamente às Secretarias de Segurança Pública, porém em 12 Estados a perícia ainda integra a estrutura da Polícia Civil. Detectou-se uma única situação em que a atividade de perícia é vinculada diretamente ao governador do Estado, caso do Amapá. Quase todas as UFs tem um órgão central responsável por coordenar as atividades das diversas unidades periciais.

1.1. Áreas Periciais

Também se buscou mapear como os Estados e o Distrito Federal estão organizados para executar as análises periciais divididas em 3 grandes áreas –Criminalística, Medicina Legal e Identificação. Identificou-se que as estruturas organizacionais de cada UF são distintas, mas que em linhas gerais, a maioria trabalha com todas essas áreas, sendo marcante a necessidade de desenvolvimento da área de DNA, ainda inexistente em 6 Estados.

MAPA 1 - VINCULAÇÃO DA ATIVIDADE DE PERÍCIA CRIMINAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Todas as UFs desenvolvem dentro da perícia atividades de Criminalística e Medicina Legal, mas as atividades de Identificação (papiloscopia) nem sempre são vinculadas à perícia, como ocorre em Roraima, no Pará, em São Paulo e em Minas Gerais, cuja unidade de Identificação é vinculada

diretamente à Polícia Civil.

Constatou-se que 11 Estados separaram a atividade laboratorial das demais atividades da criminalística (Mapa 2) e que no Paraná existe laboratório também na unidade de Medicina Legal. Na área de DNA, 5 Estados e o Distrito Federal criaram uma estrutura autônoma em relação às demais áreas periciais e 6 Estados afirmaram que não realizam esse tipo de atividade (Mapa 3).

MAPA 2 - VINCULAÇÃO DOS LABORATÓRIOS NAS UNIDADES FEDERATIVAS, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

1.2. Especialidades Desenvolvidas

MAPA 3 - EXISTÊNCIA E VINCULAÇÃO DOS
LABORATÓRIOS DE DNA, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
– Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Foram coletados dados relacionados às atividades desenvolvidas pelas unidades de perícia das capitais dos Estados, que são as mais estruturadas e, consequentemente, trabalham com maior número de especialidades periciais do que as unidades eventualmente existentes no interior dos Estados. As unidades do interior tendem a ter menor número de profissionais e casuística reduzida, conforme se verá adiante. Com relação ao DF essa distinção não se faz pertinente posto que a estrutura é centralizada.

Constatou-se que as especialidades atendidas pelas unidades de Criminalística de todas as UFs são: local de crime, documentoscopia, balística, identificação veicular e exames em veículos (Tabela 1).

No que se refere à Medicina Legal, as atividades desenvolvidas por todas as 27 UFs são apenas a realização de exames de necropsia (tanatologia forense) e os exames de lesão corporal. Há um número consideravelmente baixo de UFs que trabalham com a parte de psicologia e psiquiatria forense (Tabela 2).

O único exame laboratorial executado por 26 UFs são as análises químicas (Tabela 3). Embora em Alagoas a competência para realização de perícias laboratoriais seja do Instituto de Criminalística, o Estado não tem de fato laboratório. O exame toxicológico, fundamental para detectar o uso de drogas ou veneno não é realizado por 6 Estados. Em que pese o Estado de São Paulo ter informado que não realiza esse tipo de exame, possivelmente trata-se de um equívoco no preenchimento do questionário, uma vez que o Estado tem um núcleo especializado nessa atividade.

Em relação às atividades de papiloscopia (Mapa 4), em que pese que as unidades de Identificação realizam também atividades de natureza civil e não somente criminal, selecionou-se as três principais atividades de natureza criminal para identificar quais são atendidas pelas UFs – perícias em documentos (confrontos de identidade), perícias em locais ou materiais (levantamento de impressões latentes) e perícias necropapiloscópicas (identificação datiloscópica de cadáveres).

TABELA 1 - ESPECIALIDADES ATENDIDAS NAS UNIDADES DE
CRIMINALÍSTICA DAS CAPITAIS, POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Local de Crime ¹	Documentoscopia	Balística	Identificação Veicular	Exames em Veículos	Grafoscopia	Informática	Audio-visual	Fonética	Meio Ambiente	Engenharia	Contabilidade	Merceologia	Reconhecimento Facial
ACRE														
ALAGOAS														
AMAZONAS														
AMAPÁ														
BAHIA														
CEARÁ														
DISTRITO FEDERAL														
ESPÍRITO SANTO														
GOIÁS														
MARANHÃO														
MINAS GERAIS														
MATO GROSSO DO SUL														
MATO GROSSO														
PARÁ														
PARAÍBA														
PERNAMBUCO														
PIAUÍ														
PARANÁ														
RIO DE JANEIRO														
RIO GRANDE DO NORTE														
RONDÔNIA														
RORAIMA														
RIO GRANDE DO SUL														
SANTA CATARINA														
SERGIPE														
SÃO PAULO														
TOCANTINS														
TOTAL	27	27	27	27	27	26	26	25	24	23	20	18	16	13

¹ Inclui local de crime contra a vida, contra a pessoa e contra o patrimônio, bem como local de acidentes com veículos

LEGENDA

- Especialidade não atendida pela Criminalística
- Especialidade atendida pela Criminalística

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 2 - ESPECIALIDADES ATENDIDAS NAS UNIDADES DE
MEDICINA LEGAL DAS CAPITAIS, POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Tanatologia (Necropsia)	Lesões Corporais	Traumatologia	Sexologia	Antropologia	Odontologia	Psiquiatria	Radiologia	Psicologia	Psicopatologia ¹
ACRE										
ALAGOAS										
AMAZONAS										
AMAPÁ										
BAHIA										
CEARÁ										
DISTRITO FEDERAL										
ESPÍRITO SANTO										
GOIÁS										
MARANHÃO										
MINAS GERAIS										
MATO GROSSO DO SUL										
MATO GROSSO										
PARÁ										
PARAÍBA										
PERNAMBUCO										
PIAUÍ										
PARANÁ										
RIO DE JANEIRO										
RIO GRANDE DO NORTE										
RONDÔNIA										
RORAIMA										
RIO GRANDE DO SUL										
SANTA CATARINA										
SERGIPE										
SÃO PAULO										
TOCANTINS										
TOTAL	27	27	27	26	22	22	15	13	11	8

LEGENDA

- Especialidade não atendida pela Medicina Legal
- Especialidade atendida pela Medicina Legal

Tabela 3 - ESPECIALIDADES ATENDIDAS PELOS LABORATÓRIOS
DAS CAPITAIS, POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Química	Toxicologia	Bioquímica	DNA	Sorologia	Física	Entomologia	Zoologia	Bromatologia	Botânica	Citohistologia	Medicina Veterinária
ACRE												
ALAGOAS												
AMAZONAS												
AMAPÁ												
BAHIA												
CEARÁ												
DISTRITO FEDERAL												
ESPÍRITO SANTO												
GOIÁS												
MARANHÃO												
MINAS GERAIS												
MATO GROSSO DO SUL												
MATO GROSSO												
PARÁ												
PARAÍBA												
PERNAMBUCO												
PIAUÍ												
PARANÁ												
RIO DE JANEIRO												
RIO GRANDE DO NORTE												
RONDÔNIA												
RORAIMA												
RIO GRANDE DO SUL												
SANTA CATARINA												
SERGIPE												
SÃO PAULO												
TOCANTINS												
TOTAL	26	21	19	15	11	9	7	6	5	5	4	3

LEGENDA

- Especialidade não atendida pelo laboratório
- Especialidade atendida pelo laboratório
- Laboratórios autônomos de DNA

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

MAPA4-ESPECIALIDADESDEPAPILOSCOPIAATENDIDASNASUNIDADES
DE IDENTIFICAÇÃO, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
– Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

1.3. Interiorização e Cobertura dos Serviços Periciais

Detectadas as atividades realizadas pelos órgãos de perícia, buscou-se mapear a interiorização e a cobertura dos serviços periciais em relação ao território dos entes federados.

A maioria das UF's demonstrou ter algum processo de interiorização da atividade de Criminalística (Mapa 5 e Tabela 4), com exceção de Roraima, Amazonas, Piauí, Alagoas e Sergipe, que não possuem unidades no interior, o que pode significar pelo menos três cenários distintos: a) que a atividade pericial não é realizada no interior do Estado; b) que a atividade pericial é realizada no interior do Estado por peritos lotados na Capital; e c) que a atividade pericial é realizada no interior do Estado por peritos nomeados *ad hoc*.

Se a interiorização da criminalística é bastante reduzida na maioria dos Estados, é importante atentar para a interiorização da Medicina Legal (Mapa 6 e Tabela 5). Quatro Estados, dentre eles o Amazonas, com toda sua extensão territorial, tem IML tão somente na capital. Acre e Alagoas tem duas unidades de Medicina Legal para atender todo o Estado (Rio Branco e Cruzeiro do Sul no primeiro e Maceió e Arapiraca no segundo) e o Maranhão, com mais de 330 mil km² de área, três unidades (São Luís, Imperatriz e Timon).

MAPA 5 - INTERIORIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA
NAS UNIDADES FEDERATIVAS, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
– Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 4 - QUANTIDADE DE UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA,
POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Capital	RM	Interior	TOTAL
ACRE	1	0	3	4
ALAGOAS	1	0	0	1
AMAZONAS	1	0	0	1
AMAPÁ	1	*	4	5
BAHIA	1	**	27	28
CEARÁ	1	0	5	6
DISTRITO FEDERAL	1	*	*	1
ESPÍRITO SANTO	1	*	3	4
GOIÁS	1	0	14	15
MARANHÃO	1	*	2	3
MINAS GERAIS	1	0	61	62
MATO GROSSO DO SUL	1	*	11	12
MATO GROSSO	1	0	9	10
PARÁ	1	0	4	5
PARAÍBA	1	0	2	3
PERNAMBUCO	1	0	3	4
PIAUÍ	1	0	0	1
PARANÁ	1	0	9	10
RIO DE JANEIRO	2	3	14	19
RIO GRANDE DO NORTE	1	0	1	2
RONDÔNIA	1	0	7	8
RORAIMA	1	*	0	1
RIO GRANDE DO SUL	1	0	9	10
SANTA CATARINA	1	1	27	29
SERGIPE	1	0	0	1
SÃO PAULO	27	6	51	84
TOCANTINS	1	0	13	14
TOTAL	54	10	279	343

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça –
Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012

MAPA 6 - INTERIORIZAÇÃO DAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL
NAS UNIDADES FEDERATIVAS, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
– Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 5 - QUANTIDADE DE UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Capital	RM	Interior	TOTAL
ACRE	1	*	1	2
ALAGOAS	1	**	1	2
AMAZONAS	1	0	0	1
AMAPÁ	1	*	3	4
BAHIA	1	**	29	30
CEARÁ	1	**	5	6
DISTRITO FEDERAL	1	*	0	1
ESPÍRITO SANTO	1	0	3	4
GOIÁS	1	0	15	16
MARANHÃO	1	**	2	3
MINAS GERAIS	1	7	56	64
MATO GROSSO DO SUL	1	**	9	10
MATO GROSSO	3	1	16	20
PARÁ	1	0	8	9
PARAÍBA	1	**	3	4
PERNAMBUCO	1	2	2	5
PIAUÍ	1	0	0	1
PARANÁ	1	*	17	18
RIO DE JANEIRO	2	4	14	20
RIO GRANDE DO NORTE	1	**	2	3
RONDÔNIA	1	0	7	8
RORAIMA	1	*	0	1
RIO GRANDE DO SUL	1	3	36	40
SANTA CATARINA	1	1	25	27
SERGIPE	1	0	0	1
SÃO PAULO	6	11	53	70
TOCANTINS	1	0	12	13
TOTAL	35	29	319	383

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
 – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

2. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Neste item, buscou-se identificar a utilização e aplicação de sistemas de informação pelos órgãos de perícia das unidades federadas.

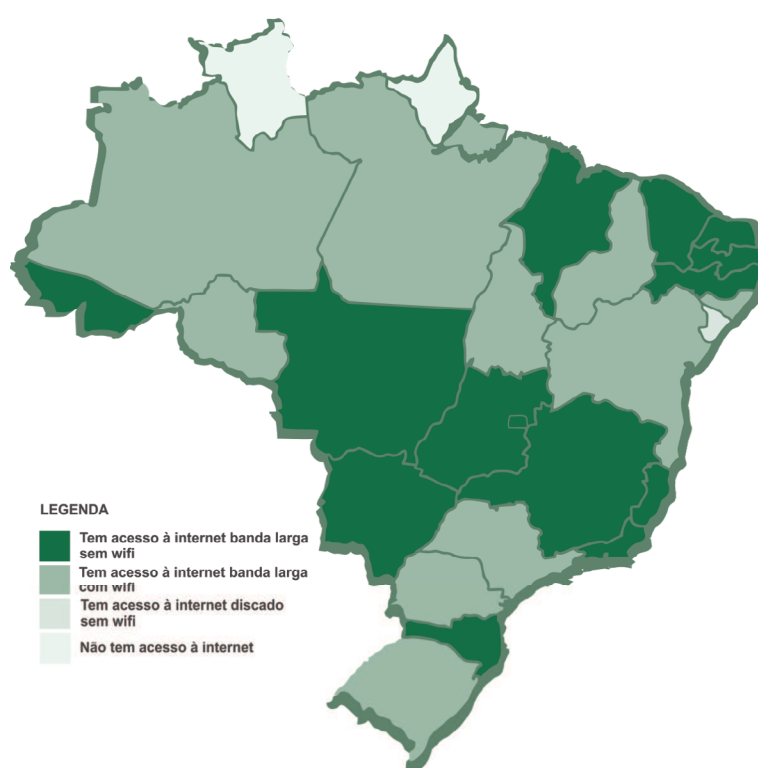
Essa informação é relevante porque a gestão da informação é fundamental para a gestão da organização como um todo: sistemas de gestão de informação são fundamentais para monitorar elementos como a produtividade dos profissionais, o tempo de realização dos exames periciais e da produção de laudos e a demanda represada.

Neste aspecto, duas notas se fazem necessárias para compreender os dados a seguir apresentados: a) o fato de que este item não foi pesquisado no que se refere aos laboratórios de DNA; e b) a possibilidade de que algumas UFs possam ter confundido sistemas de gestão da informação com a utilização de programas de redação de texto ou de confecção de planilhas.

2.1. Acesso à Internet

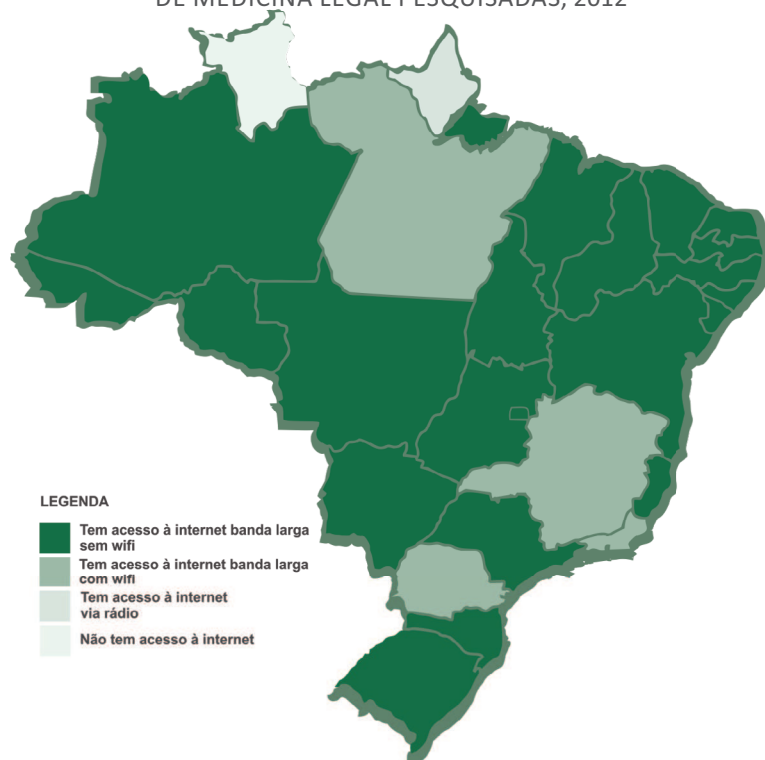
Antes de verificar a existência de sistemas informatizados de gestão, levantou-se a existência de acesso à Internet e os Estados que mais se mostraram fragilizados nesse sentido foram o Amapá e Roraima (Mapas 7, 8 e 9).

MAPA 7 - ACESSO À INTERNET NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA PESQUISADAS, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
— Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

MAPA 8 - ACESSO À INTERNET NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL PESQUISADAS, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
– Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

MAPA 9 - ACESSO À INTERNET NAS UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO PESQUISADAS, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
– Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

2.2. Sistemas de Gestão

Não há sistemas informatizados de gestão da Criminalística em efetivo funcionamento nas Capitais de 11 Estados (Mapa 10). Também não há sistemas de gestão da Medicina Legal nas Capitais de 5 Estados (Mapa 11) e nos Institutos de Identificação de 3 Estados (Mapa 12).

Algumas unidades desenvolveram soluções próprias que geralmente são focadas no gerenciamento e confecção de laudos, como ocorre, por exemplo, no Instituto de Identificação (II) e no Instituto Médico Legal (IML) do Distrito Federal, no Instituto de Criminalística (IC) na Bahia, no IML em Sergipe, no IC e no II de Minas Gerais, e no IML e no IC do Mato Grosso, no IC e no IML do Rio de Janeiro, no IC e no Laboratório Central de Rondônia. A formulação e utilização inteligente desse tipo de ferramenta possibilita maior velocidade de elaboração e disseminação da informação pericial, mas não constitui um sistema integral de gerenciamento de informação.

Em relação às funções principais do sistema de gestão, as informações obtidas (Gráfico 1) apontam que:

- A maioria das unidades de Criminalística e de Medicina Legal pesquisadas não tem sistema que monitore a custódia de vestígios;

- A maioria das unidades de Criminalística e de Medicina Legal pesquisadas tem sistema de controle de requisições de exames, mas o mesmo não ocorre com as unidades de Identificação;

- A maioria das unidades de Criminalística, de Medicina Legal e de Identificação pesquisadas tem sistema de controle de documentos;

- A maioria das unidades de Medicina Legal pesquisadas tem sistema de informatização do laudo, mas o mesmo não

ocorre com as unidades de Criminalística e Identificação; e

- A maioria das unidades de Criminalística, de Medicina Legal e de Identificação pesquisadas não tem sistema de controle de insumos de laboratório.

O levantamento apontou que a maior parte dos profissionais são capacitados para utilização dos sistemas informatizados existentes, mas que nem sempre existe uma rotina de análise dos dados como forma de subsidiar a gestão.

MAPA 10 - SISTEMAS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO,
UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA, CAPITAIS, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

MAPA 11 - SISTEMAS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO,
UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO, CAPITAIS,
2012



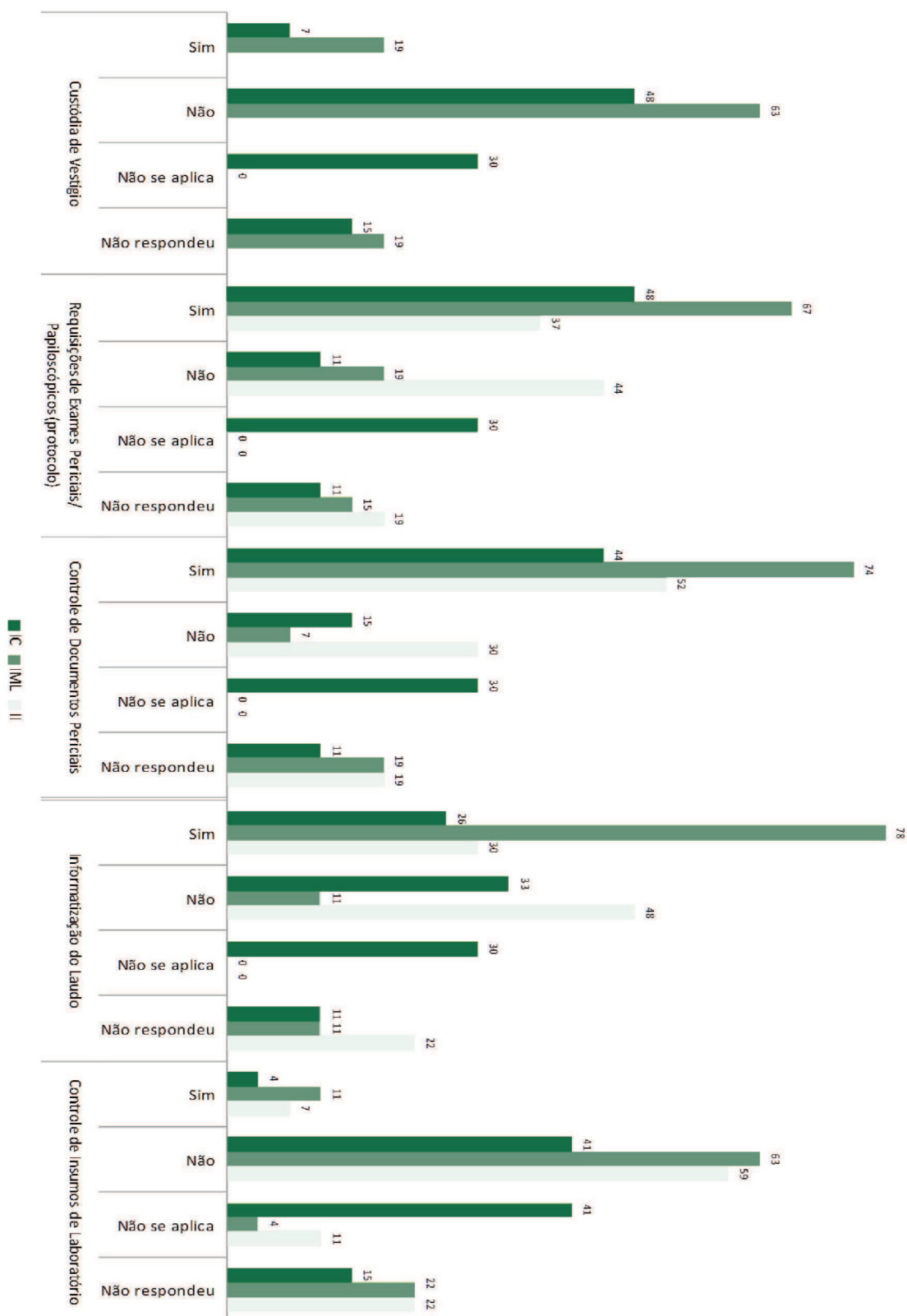
FONTE: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIAGNÓSTICO DA PERÍCIA CRIMINAL NO BRASIL, 2012.

MAPA 12 - SISTEMAS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO, UNIDADES DE
IDENTIFICAÇÃO, CAPITAIS, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 1 - EXISTÊNCIA E ABRANGÊNCIA DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS, EM PORCENTAGEM, NAS UNIDADES PESQUISADAS, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

2.3. Digitalização dos Arquivos das Unidades de Identificação

A digitalização do acervo e a existência de sistemas informatizados para cadastro de impressões digitais são fundamentais para a execução das atividades das unidades de Identificação e foram, ao longo dos anos, financiados pela Senasp. Buscou-se aqui mapear como está esse processo de informatização e como se dá a divisão do acervo entre arquivo civil e criminal.

Estão integral ou parcialmente digitalizados os arquivos datiloscópicos de 17 UFs e um informou não possuir arquivos (Mapa 13). Entretanto, verificando o Mapa 14, nota-se que o Estado informou ter sistema AFIS com base totalmente convertida.

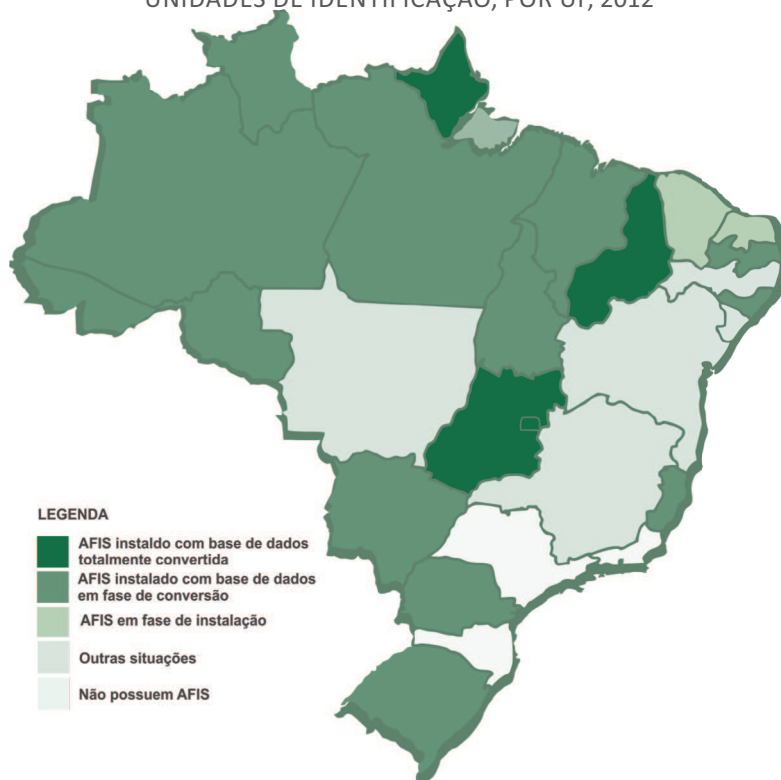
Além da digitalização do acervo, foram levantadas informações sobre a instalação de sistemas automatizados de impressões digitais (AFIS), que possibilitam a comparação de dados (Mapa 14). Dezesseis Estados têm AFIS em funcionamento, com a base de dados parcial ou integralmente convertida. Cinco Estados têm acesso e utilizam o banco de dados do AFIS nacional, o que significa que estão cadastrando as informações na medida em que fazem consultas (ou seja, não fizeram a conversão da base de dados, mas estão inserindo no sistema os dados referentes a cada consulta realizada). São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina afirmaram não ter sistema automatizado.

MAPA 13 - DIGITALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DATILOSCÓPICOS,
POR UF, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

MAPA 14 - EXISTÊNCIA E SITUAÇÃO DO AFIS NAS
UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO, POR UF, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

3. RECURSOS MATERIAIS

O s equipamento e insumos representam parte importante no processo de realização da perícia. Este item aponta os recursos materiais existentes e leva em consideração: a) quantidade dos principais equipamentos por área pericial (Tabelas 6, 7, 8 e 10); e b) a quantidade de veículos de transporte de cadáveres (Tabela 9).

A regularidade no fornecimento de reagentes é importante para a continuidade dos exames e velocidade na apresentação dos resultados. Questões sobre esse tema apontaram que: a) a maioria dos Laboratórios que estão dentro das unidades de Criminalística não tem problemas no recebimento de insumos; b) 5 Laboratórios dentro das unidades de Medicina Legal não recebem os reagentes de forma contínua; e c) 10 unidades de Identificação não recebem de forma contínua os reagentes necessários ao desempenho de suas atribuições.

A utilização dos insumos gera resíduos, e seu descarte deve receber manejo adequado. Especialmente as unidades de Medicina Legal devem ter normas e recolhimento específico para o descarte de resíduos hospitalares e materiais descartados. Com relação a este tema, verificou-se que, em geral, as unidades de Criminalística, de Identificação

e Laboratórios Autônomos utilizam o recolhimento de resíduo comum. As unidades de Medicina Legal utilizam com maior frequência recolhimento especializado e específico. O Estado de São Paulo destacou-se por normatizar e estruturar o descarte de resíduos.

Também foi mapeada a existência de equipamentos de proteção individual (EPIs). Os EPIs são importantes para a segurança pessoal da atividade pericial especialmente nos locais de crime, laboratórios, áreas de necropsia e ambientes em que possa existir a contaminação pelo profissional de perícia em sua atuação ou do ambiente para o profissional. Observou-se grande variabilidade nos estoques dos mesmos e em sua utilização pelas unidades federativas, sendo constatada maior na distribuição dos equipamentos específicos para atuação nas unidades de Medicina Legal, tais como luvas, botas, macacões e máscaras.

TABELA 6 - EQUIPAMENTOS EM USO NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA E LABORATÓRIOS, POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Comparador balístico	GPS	Luzes forenses	Máquina Fotográfica	Trenas a Laser	Cromatógrafo gasoso	Sequenciador de DNA	Termociclador
ACRE	2	10	1	16	5	0	1	1
ALAGOAS	1	20	10	15	10	0	0	0
AMAZONAS	2	15	0	9	8	0	1	3
AMAPÁ	1	14	64	11	10	0	1	2
BAHIA	4	38	191	44	31	4	0	0
CEARÁ	2	25	26	43	25	2	1	2
DISTRITO FEDERAL	3	33	10	70	28	2	2	5
ESPÍRITO SANTO	3	6	0	17	0	1	1	2
GOIÁS	2	40	2	75	27	0	2	0
MARANHÃO	2	17	90	22	18	1	0	0
MINAS GERAIS	4	145	147	228	168	1	1	1
MATO GROSSO DO SUL	3	15	19	38	16	0	1	2
MATO GROSSO	1	22	18	41	23	0	1	2
PARÁ	2	47	177	52	47	2	1	1
PARAÍBA	2	20	160	22	20	2	2	3
PERNAMBUCO	4	40	40	57	40	3	1	3
PIAUÍ	2	5	5	8	5	0	0	0
PARANÁ	4	61	400	92	50	2	3	3
RIO DE JANEIRO	6	4	4	61	22	1	0	0
RIO GRANDE DO NORTE	3	10	80	13	10	0	0	0
RONDÔNIA	3	15	41	41	15	2	0	2
RORAIMA	1	12	1	30	11	0	0	0
RIO GRANDE DO SUL	7	14	15	14	14	2	1	0
SANTA CATARINA	5	38	81	90	31	2	1	2
SERGIPE	2	4	0	20	4	0	0	0
SÃO PAULO	12	280	283	182	280	1	2	4
TOCANTINS	2	37	1	54	18	2	1	0
TOTAL	85	987	1.866	1.365	936	30	24	38

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 7 - EQUIPAMENTOS EM USO NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Aparelho de Raios X	Mesas de Necropsia	Mesas Ginecológicas	Aparelhos de Esterilização	Kits de Necropsia	Macas	Foco Cirúrgico	Colposcópios	Máquina fotográfica
ACRE	2	3	2	1	5	5	1	0	4
ALAGOAS	**	2	1	2	1	**	**	1	2
AMAZONAS	1	0	0	0	0	0	1	1	9
AMAPÁ	0	5	3	0	1	0	0	0	0
BAHIA	5	38	25	5	27	58	**	1	31
CEARÁ	6	25	5	**	2	27	3	**	26
DISTRITO FEDERAL	1	4	1	3	*	3	1	0	15
ESPÍRITO SANTO	0	10	3	1	2	**	1	0	2
GOIÁS	2	30	13	1	63	18	4	3	20
MARANHÃO	1	12	3	0	0	5	3	0	2
MINAS GERAIS	10	65	48	0	0	10	0	1	59
MATO GROSSO DO SUL	2	9	6	0	7	24	2	0	4
MATO GROSSO	1	5	4	0	4	9	0	1	2
PARÁ	4	13	5	4	10	1	2	2	**
PARAÍBA	4	16	4	0	25	6	4	4	4
PERNAMBUCO	5	17	2	1	30	10	0	1	8
PIAUÍ	0	2	1	0	1	1	0	0	1
PARANÁ	3	41	14	3	20	55	**	1	10
RIO DE JANEIRO	2	45	22	1	25	49	7	1	54
RIO GRANDE DO NORTE	1	2	1	1	**	**	**	**	3
RONDÔNIA	1	6	1	1	3	1	0	1	2
RORAIMA	1	2	1	0	1	2	0	0	3
RIO GRANDE DO SUL	4	10	40	0	44	**	**	1	**
SANTA CATARINA	2	42	29	4	53	22	10	11	29
SERGIPE	1	6	2	0	8	12	**	3	0
SÃO PAULO	18	93	44	0	0	136	41	2	109
TOCANTINS	6	8	5	0	7	5	0	1	10
TOTAL	83	511	285	28	339	459	80	36	409

* Não se aplica.

** Não sabe/Não respondeu.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 8 - NÚMERO DE CÂMARAS DE REFRIGERAÇÃO, DE CÂMARAS FRIAS E DE VAGAS PARA CADÁVERES NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Câmaras de refrigeração	Câmaras-frias (que apenas congelam)	Câmaras-frias (que congelam e resfriam)	Total de câmaras frias de refrigeração da UF	Total de vagas para cadáveres em cada UF
ACRE	0	0	2	2	6
ALAGOAS	**	3	**	3	11
AMAZONAS	2	1	**	3	22
AMAPÁ	7	0	**	7	15
BAHIA	1	0	41	42	214
CEARÁ	0	0	10	10	16
DISTRITO FEDERAL	24	2	0	26	48
ESPÍRITO SANTO	4	**	**	4	**
GOIÁS	0	0	26	26	89
MARANHÃO	0	0	3	3	21
MINAS GERAIS	0	2	0	2	73
MATO GROSSO DO SUL	3	3	0	6	33
MATO GROSSO	2	0	0	2	28
PARÁ	1	0	1	2	22
PARAÍBA	0	0	28	28	56
PERNAMBUCO	4	1	**	5	65
PIAUÍ	1	0	0	1	6
PARANÁ	*	*	19	19	197
RIO DE JANEIRO	41	0	34	75	869
RIO GRANDE DO NORTE	4	**	**	4	30
RONDÔNIA	2	0	0	2	24
RORAIMA	0	2	0	2	8
RIO GRANDE DO SUL	*	*	3	3	62
SANTA CATARINA	0	32	0	32	304
SERGIPE	1	1	1	3	17
SÃO PAULO	59	**	**	59	474
TOCANTINS	0	4	0	4	12
TOTAL	156	51	168	375	2.722

* Não se aplica.

** Não sabe/Não respondeu.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 9 - QUANTIDADE DE VIATURAS OPERACIONAIS (RABECÕES), POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Capital	RM	Interior	Total
ACRE	2	*	3	5
ALAGOAS	6	*	4	10
AMAZONAS	3	*	*	3
AMAPÁ	1	*	1	2
BAHIA	3	**	15	18
CEARÁ	6	**	10	16
DISTRITO FEDERAL	7	*	*	7
ESPÍRITO SANTO	2	*	5	7
GOIÁS	3	**	22	25
MARANHÃO	3	*	4	7
MINAS GERAIS ¹	*	1	3	4
MATO GROSSO DO SUL	1	**	0	1
MATO GROSSO	*	2	10	12
PARÁ	2	*	8	10
PARAÍBA	4	**	4	8
PERNAMBUCO	6	*	7	13
PIAUÍ	1	0	0	1
PARANÁ	4	**	21	25
RIO DE JANEIRO	0	**	**	**
RIO GRANDE DO NORTE	3	**	2	5
RONDÔNIA	2	*	1	3
RORAIMA	3	*	*	3
RIO GRANDE DO SUL	0	0	0	0
SANTA CATARINA	2	**	26	28
SERGIPE	3	0	0	3
SÃO PAULO	10	0	0	10
TOCANTINS	1	0	2	3
TOTAL	78	3	148	229

¹ Os rabecões são da Polícia Civil na Capital e não são gerenciados pelo IML

* Não se aplica. ** Não sabe/Não respondeu.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça

- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 10 - NÚMERO DE CÂMARAS DE REFRIGERAÇÃO, DE CÂMARAS FRIAS E DE VAGAS PARA CADÁVERES NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Aparelho de luz forense	Aparelho de luz UV/Visível	Câmera fotográfica	Kit para levantamento de impressões latentes em local	Câmara fumigadora para cianoacrilato	Lupa com estativa
ACRE	0	1	3	3	0	7
ALAGOAS	0	0	0	0	0	0
AMAZONAS	16	2	2	4	0	0
AMAPÁ	1	1	2	1	0	0
BAHIA	0	1	119	0	0	76
CEARÁ	**	**	40	**	**	**
DISTRITO FEDERAL	1	83	49	30	3	145
ESPÍRITO SANTO	1	1	1	27	0	0
GOÁS	0	0	72	18	0	**
MARANHÃO	**	**	**	**	**	**
MINAS GERAIS	**	**	**	**	**	**
MATO GROSSO DO SUL	1	0	2	13	1	0
MATO GROSSO	**	**	**	**	**	**
PARÁ	0	0	6	2	0	0
PARAÍBA	0	0	13	0	0	0
PERNAMBUCO	1	4	9	18	2	**
PIUÍ	0	0	1	1	0	0
PARANÁ	0	0	51	10	0	0
RIO DE JANEIRO	2	1	4	3	3	0
RIO GRANDE DO NORTE	*	*	*	1	*	*
RONDÔNIA	0	0	0	0	0	0
RORAIMA	0	0	5	1	1	7
RIO GRANDE DO SUL	23	23	23	**	1	15
SANTA CATARINA	**	**	4	7	1	**
SERGIPE	0	0	0	0	0	0
SÃO PAULO	**	**	1	2	0	60
TOCANTINS	0	19	25	19	3	0
TOTAL	46	136	432	160	15	310

* Não se aplica.

** Não sabe/Não respondeu.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça

- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

4. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos constituem a base do desenvolvimento organizacional e são fundamentais para a dos serviços periciais. Este item busca descrever o perfil e a quantidade dos principais profissionais de perícia.

Em que pesem as diversas nomenclaturas adotadas pelas UFs para nomear os profissionais de perícia, optou-se, com a finalidade de auxiliar na produção da informação, por padronizar as nomenclaturas, estabelecendo seguintes categorias profissionais: Perito Criminal, Perito Médico Legista ou Médico Legista, Papiloscopista, Auxiliar de Necropsia e Auxiliar de Perícia.

Das informações apresentadas a seguir, chamam a atenção: a insuficiência, ou mesmo ausência, de profissionais de perícia no interior dos Estados (Tabelas 12 a 16);

- a quantidade de profissionais com mais de 20 anos de serviço, ou seja, que estão próximos da aposentadoria: 29% dos peritos, 28% dos médicos legistas e 36,4% dos papiloscopistas (Gráficos 3 a 8);

- a disparidade entre os salários pagos às diferentes categorias em uma mesma UF e às mesmas categorias em UFs distintas (Gráficos 9 a 13); e

- a maior carência de planos de carreira para os papiloscopistas (Mapas 15 a 17).

Tabela 11 - QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS DE PERÍCIA, POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Perito Criminal	Perito Médico Legista	Psiquiatra	Odontologista	Papiloscopista ⁶	Auxiliar de Perícia ⁷	Auxiliar de Necropsia
ACRE ¹	40	7	2	*	74	0	9
ALAGOAS	49	32	**	5	10	0	10
AMAZONAS ²	142	44	1	⁵	0	0	17
AMAPÁ	71	20	1	6	50	31	19
BAHIA	317	193	**	23	159	197	55
CEARÁ ³	78	48	1	19	18	9	19
DISTRITO FEDERAL	169	56	6	0	306	**	37
ESPÍRITO SANTO	61	31	0	0	124	0	34
GOIÁS	146	92	0	0	174	12	80
MARANHÃO	88	55	0	3	3	14	1
MINAS GERAIS ²	588	237	3	4	1	0	14
MATO GROSSO DO SUL	108	50	*	*	164	43	20
MATO GROSSO	133	32	2	5	136	14	16
PARÁ ⁴	306	108	6	*	183	81	60
PARAÍBA	116	43	0	33	49	37	23
PERNAMBUCO	142	88	*	1	349	45	54
PIAUÍ	24	23	0	2	33	0	6
PARANÁ	195	73	**	2	299	12	41
RIO DE JANEIRO ⁵	296	310	*	*	207	123	257
RIO GRANDE DO NORTE	48	25	5	12	66	11	28
RONDÔNIA	118	35	1	4	184	47	35
RORAIMA	39	14	0	8	15	12	15
RIO GRANDE DO SUL	228	35	**	11	175	7	0
SANTA CATARINA	182	83	0	2	33	43	48
SERGIPE	14	10	0	1	10	35	8
SÃO PAULO	1065	468	**	0	310	0	286
TOCANTINS	151	67	0	2	143	0	67
TOTAL	4.914	2.279	28	148	3.275	773	1.259

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

¹ No número de Médicos Legistas estão incluídos os servidores e os cedidos.

² O serviço de Papiloscopista é desempenhado por Peritos Criminais.

³ O número de Peritos Criminais inclui os Peritos Adjuntos.

⁴ Nos números de Médicos Legistas e de Psiquiatras estão incluídos os credenciados.

⁵ No número de Médicos Legistas estão incluídos os Odontologistas.

⁶ Incluídos os Papiloscopistas (ou nomenclaturas similares) lotados nas unidades de Criminalística e de Medicina Legal.

⁷ Servidores ou terceirizados.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO DOS PERITOS CRIMINAIS, POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Capital	RM	Interior	Total
ACRE	40	*	9	49
ALAGOAS	49	*	*	49
AMAZONAS	142	*	*	142
AMAPÁ	56	*	15	71
BAHIA	186	**	131	317
CEARÁ ¹	61	3	14	78
DISTRITO FEDERAL	169	*	*	169
ESPÍRITO SANTO	48	*	13	61
GOIÁS	83	*	63	146
MARANHÃO	66	*	22	88
MINAS GERAIS	219	46	323	588
MATO GROSSO DO SUL	58	**	50	108
MATO GROSSO	76	**	57	133
PARÁ	189	*	117	306
PARAÍBA	69	*	47	116
PERNAMBUCO	119	0	23	153
PIAUÍ	24	0	0	24
PARANÁ	128	*	67	195
RIO DE JANEIRO	135	70	91	296
RIO GRANDE DO NORTE	41	0	7	48
RONDÔNIA	58	*	60	118
RORAIMA	39	*	*	39
RIO GRANDE DO SUL	178	*	50	228
SANTA CATARINA	76	7	99	182
SERGIPE	14	*	*	14
SÃO PAULO	406	114	545	1065
TOCANTINS	75	*	76	151
TOTAL	2.804	240	1.879	4.923

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

¹ Peritos criminais e peritos adjuntos.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DOS MÉDICOS LEGISTAS,
POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Capital	RM	Interior	Total
ACRE	4	*	3	7
ALAGOAS	17	**	15	32
AMAZONAS	44	*	*	44
AMAPÁ	18	*	2	20
BAHIA	81	**	112	193
CEARÁ	28	**	20	48
DISTRITO FEDERAL	56	*	*	56
ESPÍRITO SANTO	19	*	12	31
GOIÁS	29	**	63	92
MARANHÃO	34	**	**	34
MINAS GERAIS	56	39	149	235
MATO GROSSO DO SUL	28	**	22	50
MATO GROSSO	30	*	2	32
PARÁ	51	*	57	108
PARAÍBA	17	**	26	43
PERNAMBUCO	69	*	19	88
PIAUÍ	16	0	7	23
PARANÁ	43	**	30	73
RIO DE JANEIRO	117	96	97	310
RIO GRANDE DO NORTE	13	**	12	25
RONDÔNIA	20	*	15	35
RORAIMA	14	*	*	14
RIO GRANDE DO SUL	35	**	**	35
SANTA CATARINA	9	4	70	83
SERGIPE	10	0	0	10
SÃO PAULO	140	53	275	468
TOCANTINS	22	0	45	67
TOTAL	1.020	187	1.072	2.279

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS PAPILOSCOPISTAS, POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Capital	RM	Interior	Total
ACRE	54	*	20	74
ALAGOAS	5	0	0	5
AMAZONAS ¹	0	0	0	0
AMAPÁ	42	*	8	50
BAHIA	126	3	30	159
CEARÁ	9	1	8	18
DISTRITO FEDERAL	306	*	*	306
ESPÍRITO SANTO	93	18	13	124
GOIÁS	82	**	92	174
MARANHÃO	3	0	0	3
MINAS GERAIS ¹	1	0	**	1
MATO GROSSO DO SUL	66	3	95	164
MATO GROSSO	87	8	41	136
PARÁ	170	0	13	183
PARAÍBA	40	0	9	49
PERNAMBUCO	328	8	13	349
PIAUÍ	33	0	**	33
PARANÁ	209	2	88	299
RIO DE JANEIRO	207	**	**	207
RIO GRANDE DO NORTE	54	1	5	60
RONDÔNIA	118	*	66	184
RORAIMA	15	*	0	15
RIO GRANDE DO SUL	100	17	58	175
SANTA CATARINA	8	0	25	33
SERGIPE	10	*	**	10
SÃO PAULO	264	3	10	277
TOCANTINS	88	*	55	143
TOTAL	2.518	64	649	3.231

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

¹ Serviço de papiloscopia desempenhado por Peritos Criminais

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 15 -DISTRIBUIÇÃO DOS AUXILIARES DE PERÍCIA NAS UNIDADES DE
CRIMINALÍSTICA, POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Capital	RM	Interior	Total
ACRE	0	*	*	0
ALAGOAS	0	*	*	0
AMAZONAS	0	*	*	0
AMAPÁ	28	*	7	31
BAHIA	47	**	150	197
CEARÁ	16	*	0	9
DISTRITO FEDERAL	**	**	**	**
ESPÍRITO SANTO	0	*	0	0
GOIÁS	12	**	0	12
MARANHÃO	13	**	1	14
MINAS GERAIS	0	0	0	0
MATO GROSSO DO SUL	**	**	**	43
MATO GROSSO	8	**	10	14
PARÁ	15	*	66	81
PARAÍBA	25	*	12	37
PERNAMBUCO	39	0	6	45
PIAUÍ	0	0	0	0
PARANÁ	12	*	**	12
RIO DE JANEIRO	0	86	37	123
RIO GRANDE DO NORTE	18	0	**	11
RONDÔNIA	21	*	26	47
RORAIMA	12	*	*	12
RIO GRANDE DO SUL	10	*	0	7
SANTA CATARINA	20	1	28	43
SERGIPE	35	*	*	35
SÃO PAULO	0	0	0	0
TOCANTINS	0	*	0	0
TOTAL	331	87	343	773

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS AUXILIARES DE NECROPSIA,
POR UF, 2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Capital	RM	Interior	Total
ACRE	8	*	1	9
ALAGOAS	10	**	**	10
AMAZONAS	39	*	*	39
AMAPÁ	17	*	2	19
BAHIA	15	**	40	55
CEARÁ	13	**	6	19
DISTRITO FEDERAL	37	*	*	37
ESPÍRITO SANTO	22	*	12	34
GOIÁS	22	**	58	80
MARANHÃO	6	*	1	7
MINAS GERAIS	14	0	0	14
MATO GROSSO DO SUL	*	**	1	21
MATO GROSSO	14	*	2	16
PARÁ	20	*	40	60
PARAÍBA	7	**	16	23
PERNAMBUCO	22	*	32	54
PIAUÍ	6	0	0	6
PARANÁ	16	**	25	41
RIO DE JANEIRO	120	74	63	257
RIO GRANDE DO NORTE	20	**	8	28
RONDÔNIA	20	*	15	35
RORAIMA	15	*	*	15
RIO GRANDE DO SUL	**	**	**	
SANTA CATARINA	9	0	39	48
SERGIPE	8	0	0	8
SÃO PAULO	78	30	178	286
TOCANTINS	24	0	43	67
TOTAL	582	104	582	1.288

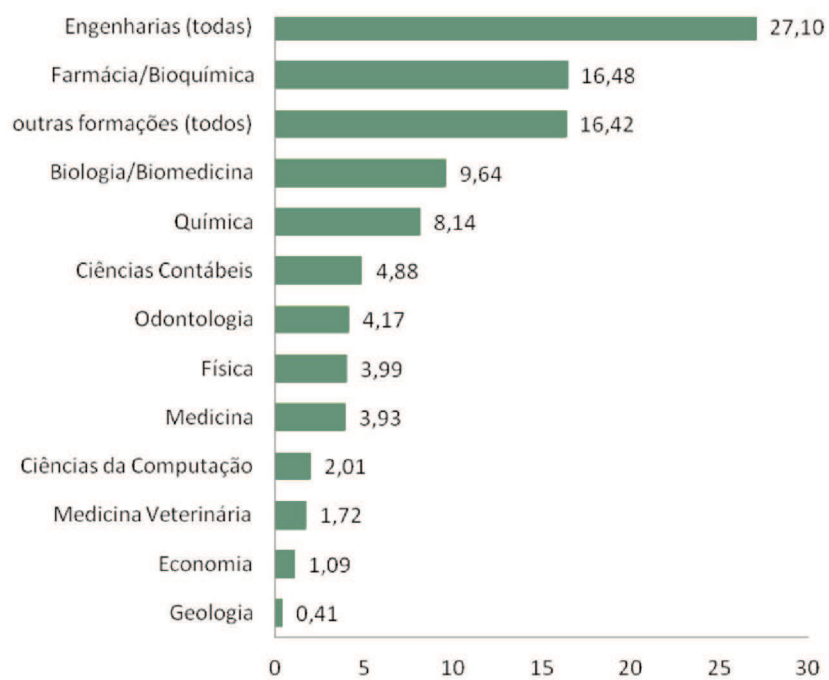
* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça

- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 2 - FORMAÇÃO DOS PERITOS CRIMINAIS,
PERCENTUAL, POR UF, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 17 - QUANTIDADE DE PERITOS CRIMINAIS POR ÁREA PRIORITÁRIA DE ATUAÇÃO, POR UF, 2012

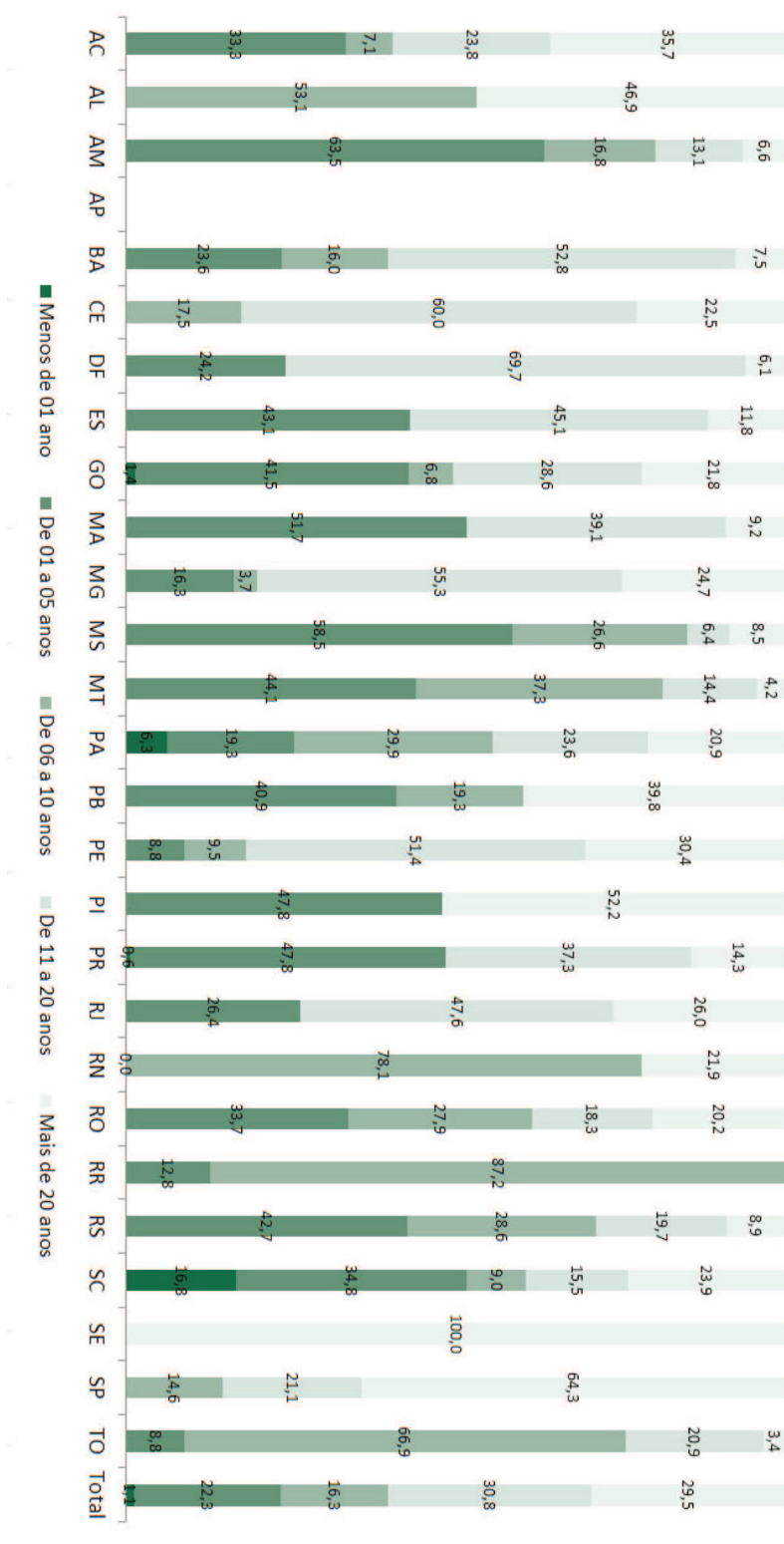
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Informática	Química	Genética	Local de Crime	Balística e Caracterização Física de Materiais	Outras áreas
ACRE	1	2	0	26	2	13
ALAGOAS	1	2	0	35	4	5
AMAZONAS	6	17	7	69	6	76
AMAPÁ	4	0	4	172	3	16
BAHIA	5	5	10	41	13	50
CEARÁ	2	1	3	26	2	10
DISTRITO FEDERAL	3	11	9	74	8	45
ESPÍRITO SANTO	2	4	4	27	5	10
GOIÁS	5	7	4	36	7	24
MARANHÃO	1	6	2	28	4	31
MINAS GERAIS	3	32	12	50	9	409
MATO GROSSO DO SUL	4	8	4	13	4	73
MATO GROSSO	3	63	18	88	61	66
PARÁ	7	33	6	69	17	117
PARAÍBA	3	4	8	34	9	25
PERNAMBUCO	12	15	4	40	6	29
PIAUÍ	2	3	1	6	2	6
PARANÁ	10	6	4	51	16	61
RIO DE JANEIRO	5	24	8	124	75	60
RIO GRANDE DO NORTE	4	1	2	16	5	60
RONDÔNIA	1	7	3	65	2	31
RORAIMA	1	2	2	11	1	22
RIO GRANDE DO SUL	4	10	12	74	21	71
SANTA CATARINA	4	15	4	79	7	47
SERGIPE	0	0	0	8	2	3
SÃO PAULO	33	37	11	0	**	513
TOCANTINS	3	5	2	95	3	27
TOTAL	129	320	144	1.357	294	1.900

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

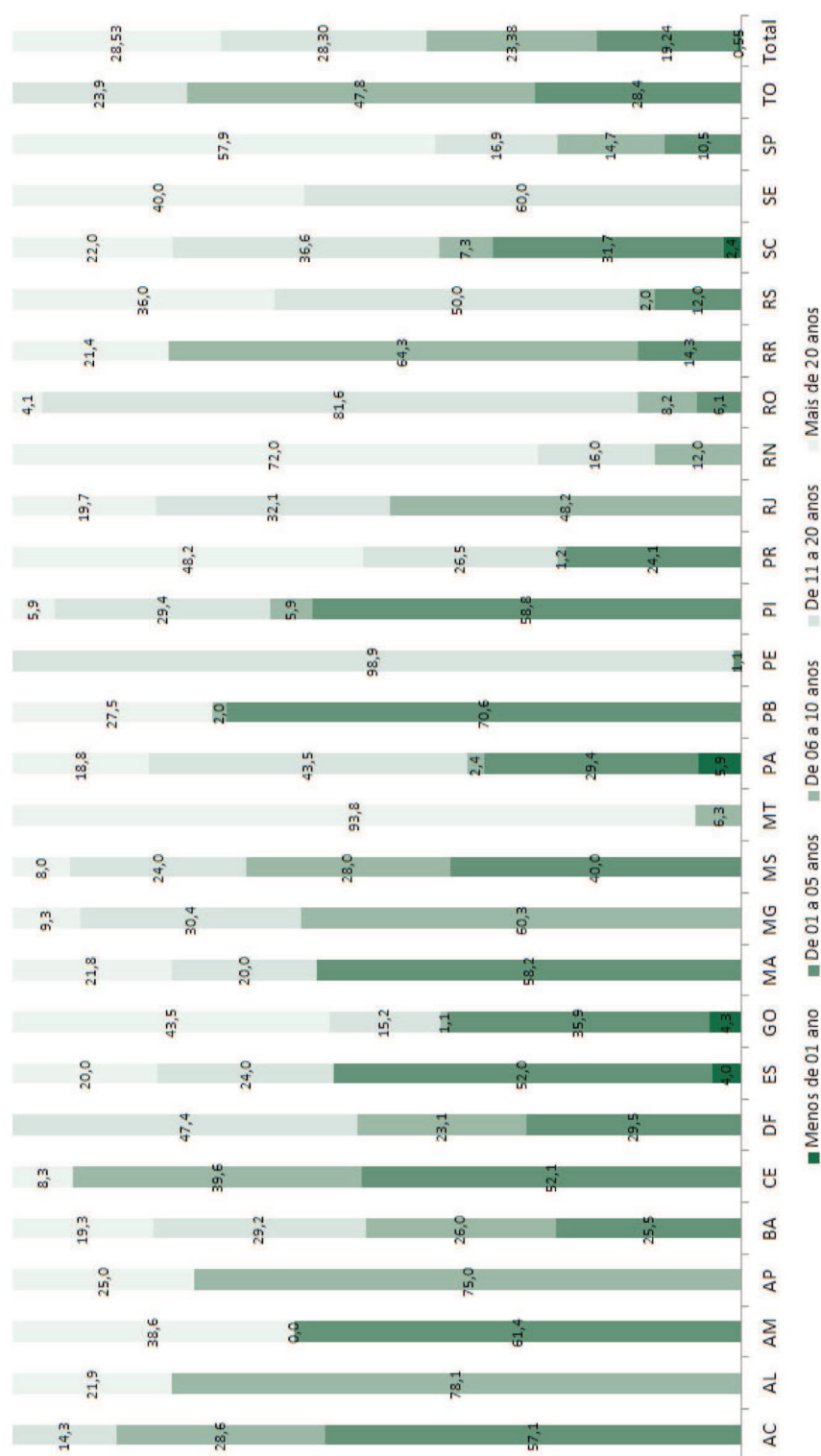
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 3 - TEMPO DE SERVIÇO DOS PERITOS CRIMINAIS, PERCENTUAL, POR UF, 2012



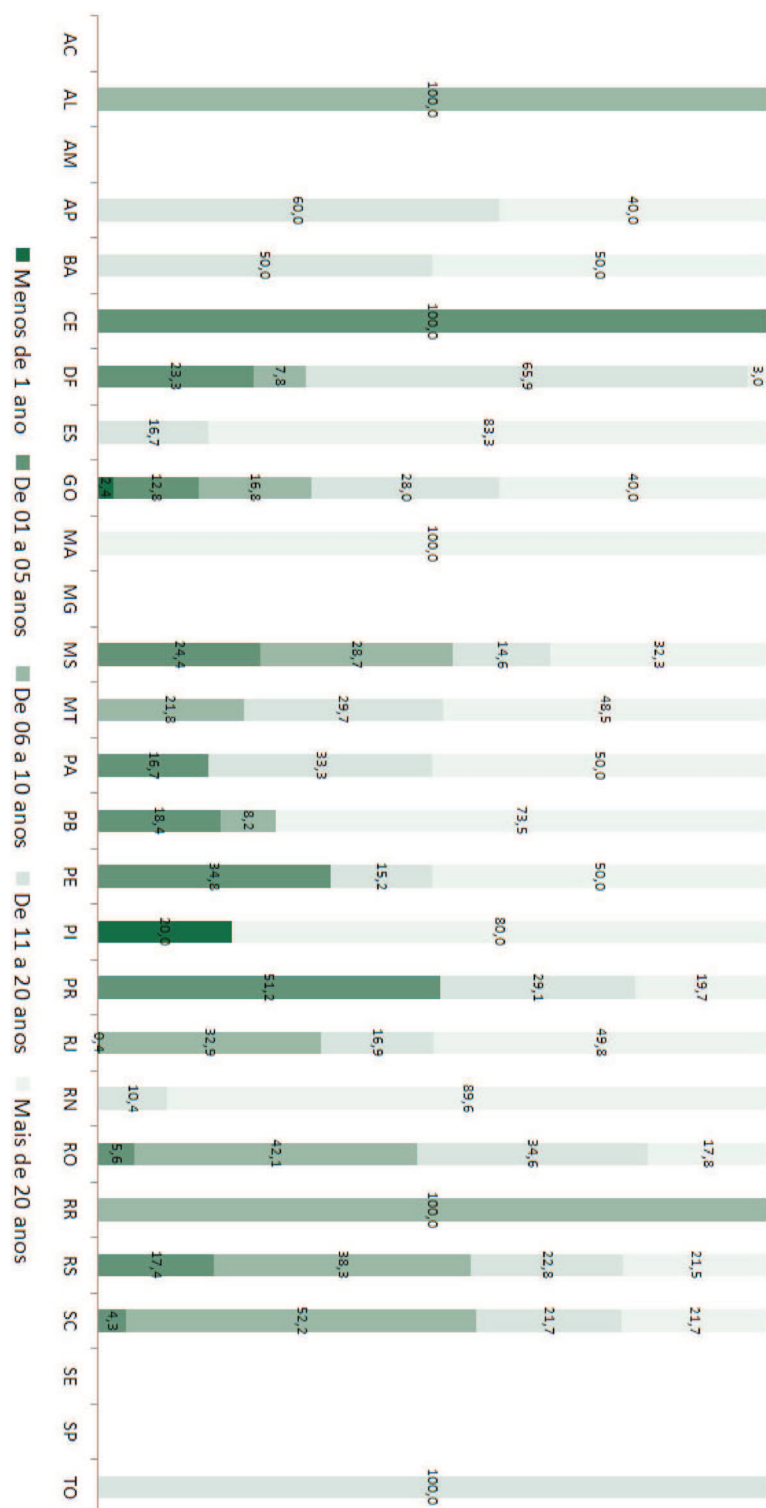
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 4 - TEMPO DE SERVIÇO DOS MÉDICOS LEGISTAS, PERCENTUAL, POR UF, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 5 - TEMPO DE SERVIÇO DOS PAPILOSCOPISTAS, PERCENTUAL, POR UF, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 6 - TEMPO DE SERVIÇO DOS PERITOS CRIMINAIS, PERCENTUAL, BRASIL, 2012

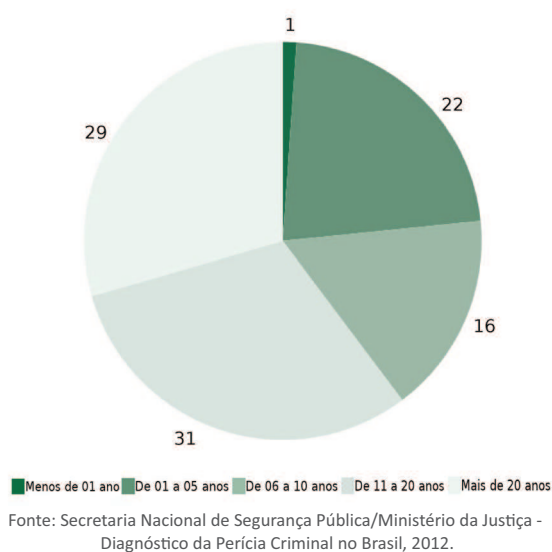


Gráfico 7 - TEMPO DE SERVIÇO DOS MÉDICOS LEGISTAS, PERCENTUAL, BRASIL, 2012

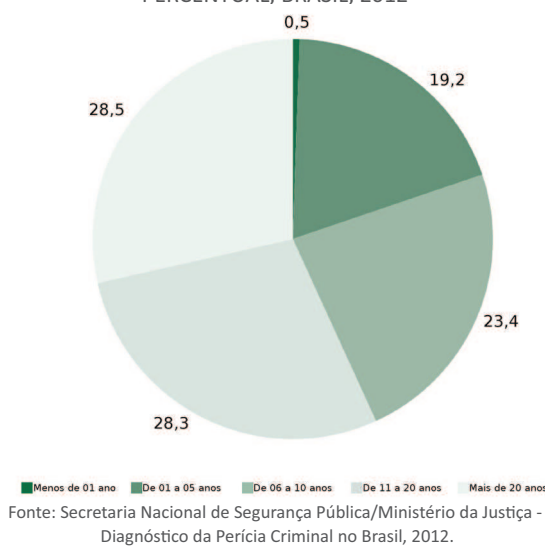


Gráfico 8 - TEMPO DE SERVIÇO DOS MÉDICOS LEGISTAS, PERCENTUAL, BRASIL, 2012

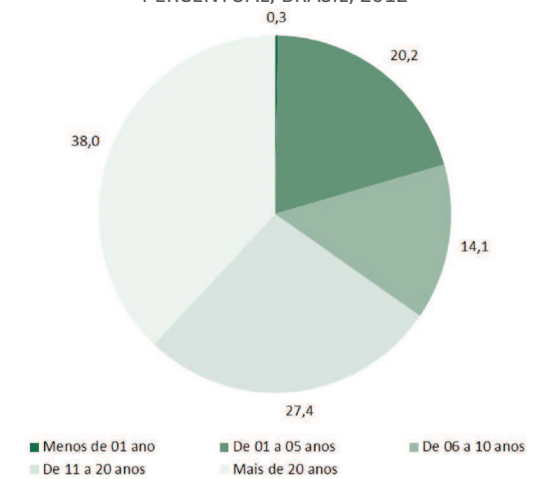
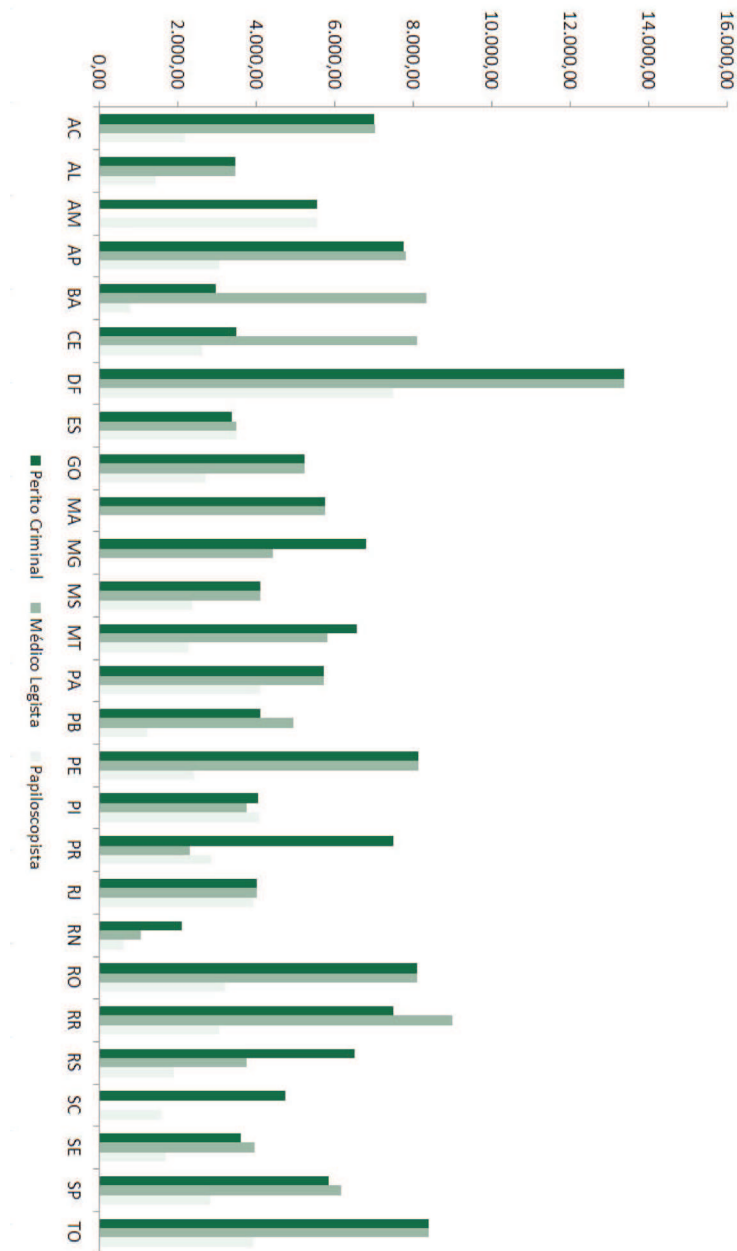
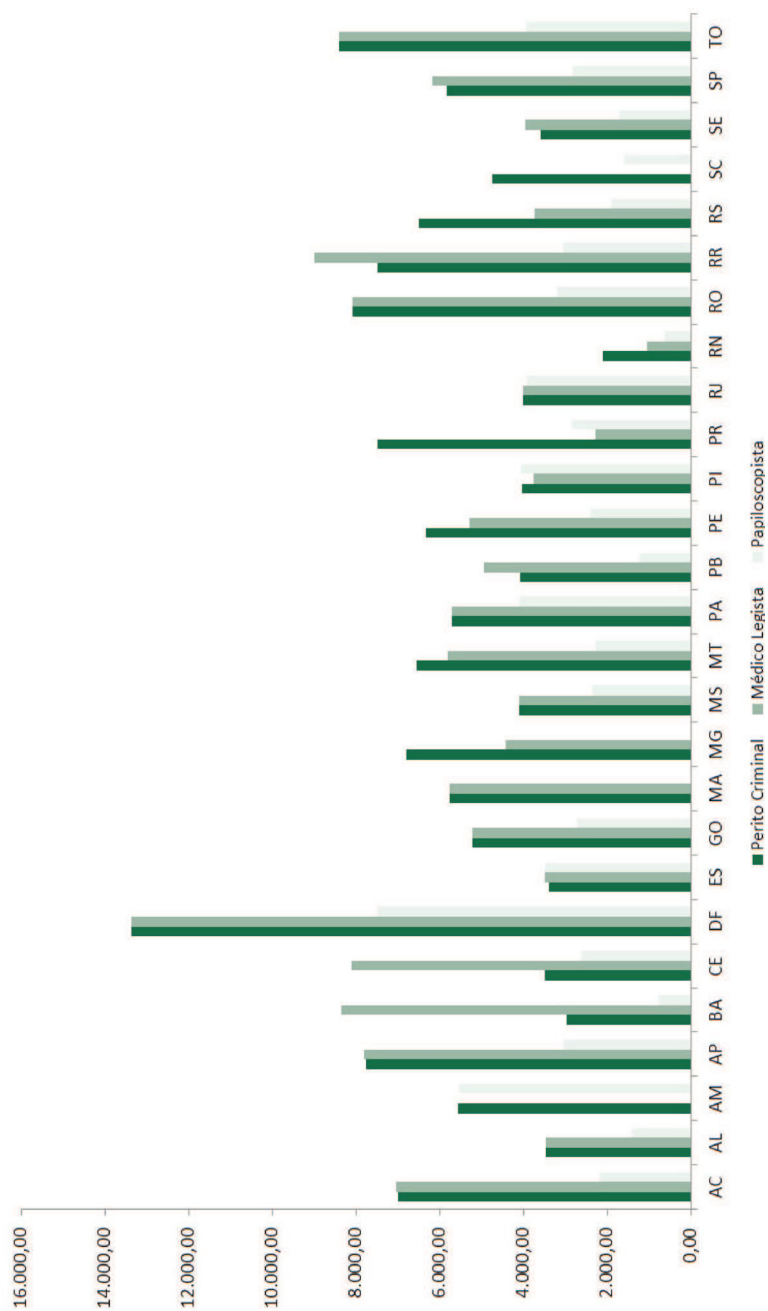


Gráfico 9 - SALÁRIO INICIAL DOS PROFISSIONAIS DE PERÍCIA,
EM REAIS, POR UF, 2012



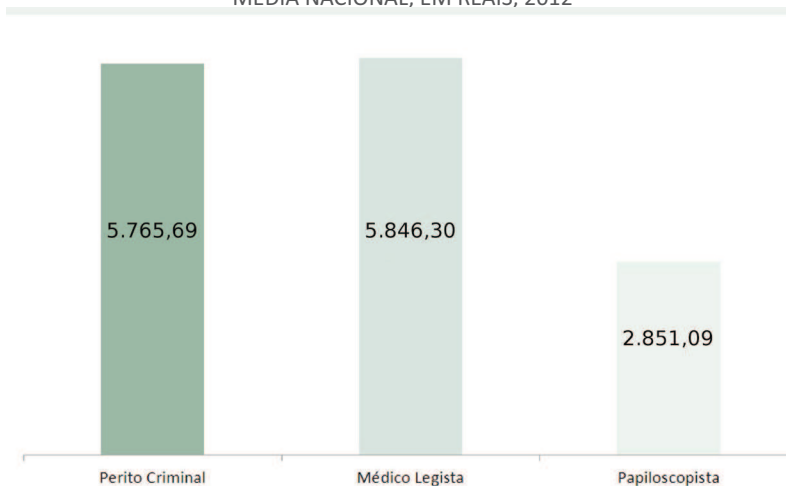
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça -
Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 10 - SALÁRIO FINAL DOS PROFISSIONAIS DE PERÍCIA,
EM REAIS, POR UF, 2012



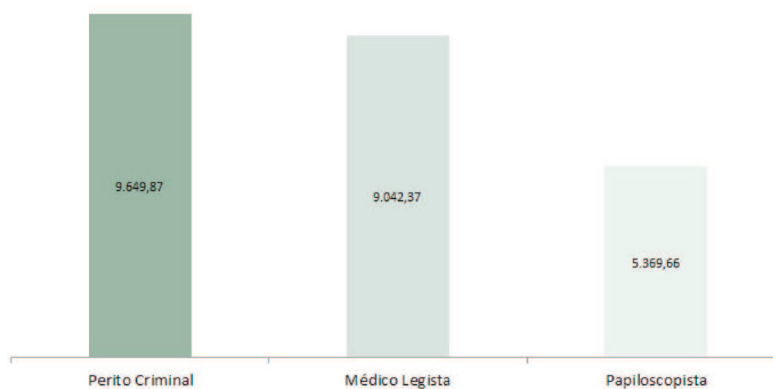
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça -
Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 11 - SALÁRIO INICIAL DOS PROFISSIONAIS DE PERÍCIA,
MÉDIA NACIONAL, EM REAIS, 2012



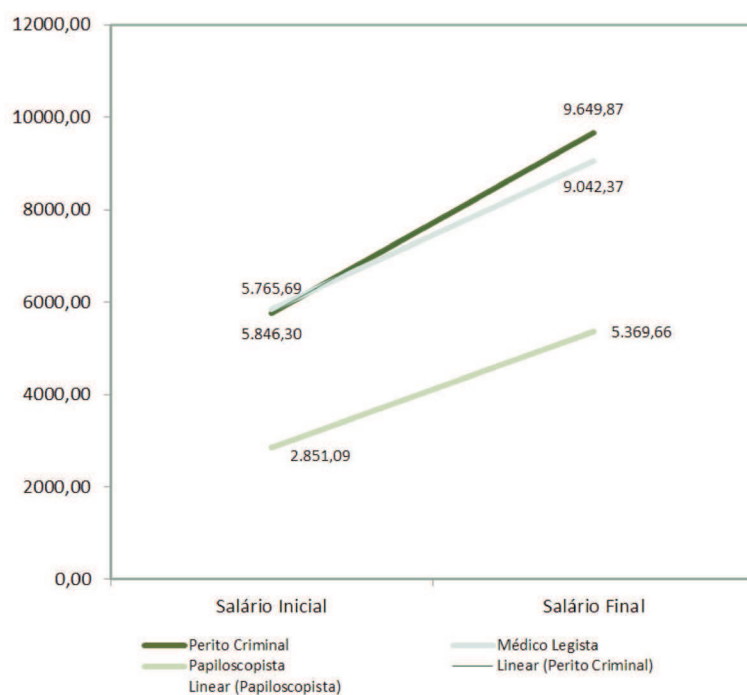
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça -
Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 12 - SALÁRIO FINAL DOS PROFISSIONAIS DE PERÍCIA,
MÉDIA NACIONAL, EM REAIS, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça -
Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 13 - EVOLUÇÃO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DE PERÍCIA, MÉDIA NACIONAL, EM REAIS, 2012



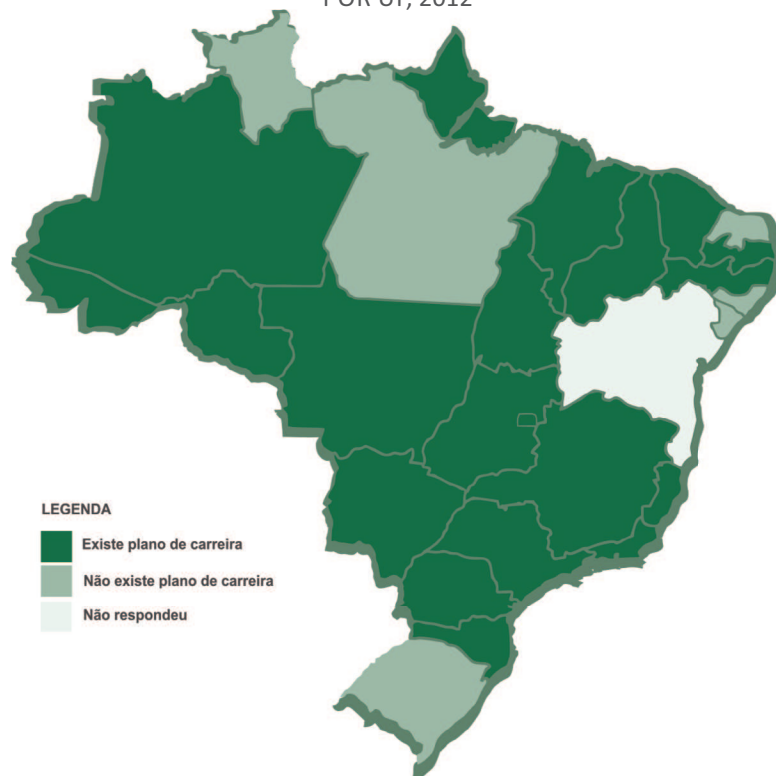
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

MAPA 15 - EXISTÊNCIA DE PLANO DE CARREIRA PARA PERITOS CRIMINAIS, POR UF, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

MAPA16-EXISTÊNCIA DE PLANO DE CARREIRA PARA MÉDICOS LEGISTAS,
POR UF, 2012



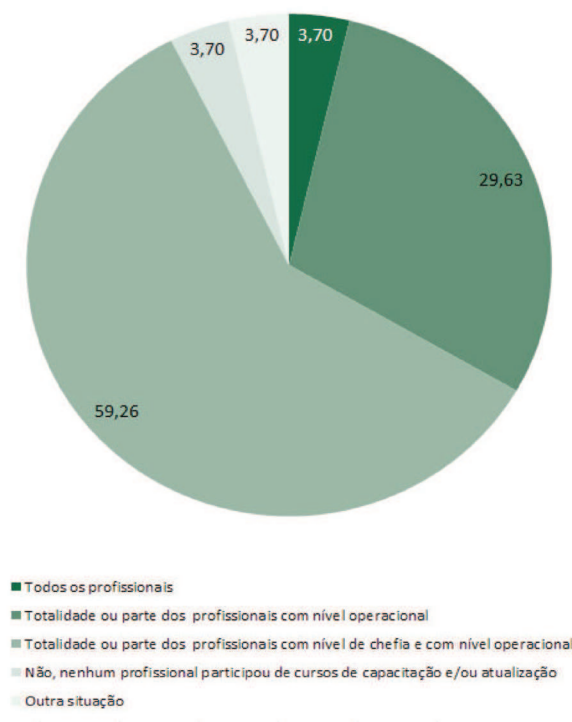
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça -
Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

MAPA17-EXISTÊNCIA DE PLANO DE CARREIRA PARA PAPILOSCOPISTAS,
POR UF, 2012



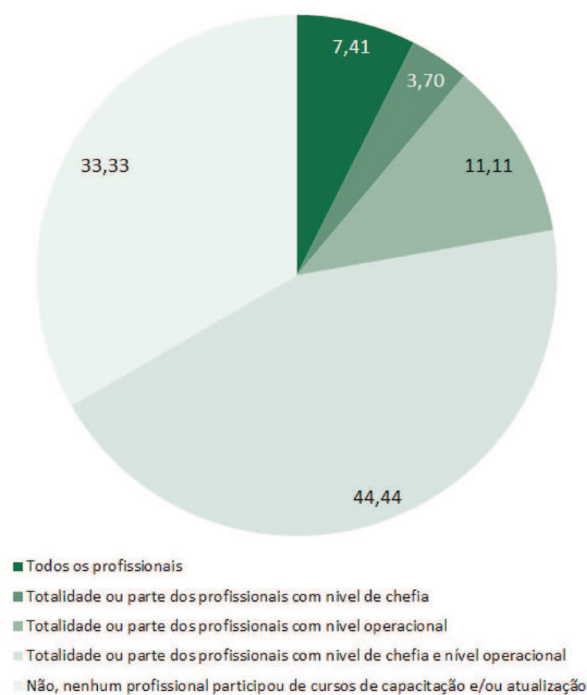
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça -
Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 14 – PERCENTUAL DE UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA CUJOS PROFISSIONAIS PARTICIPARAM DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO, POR UF, 2011



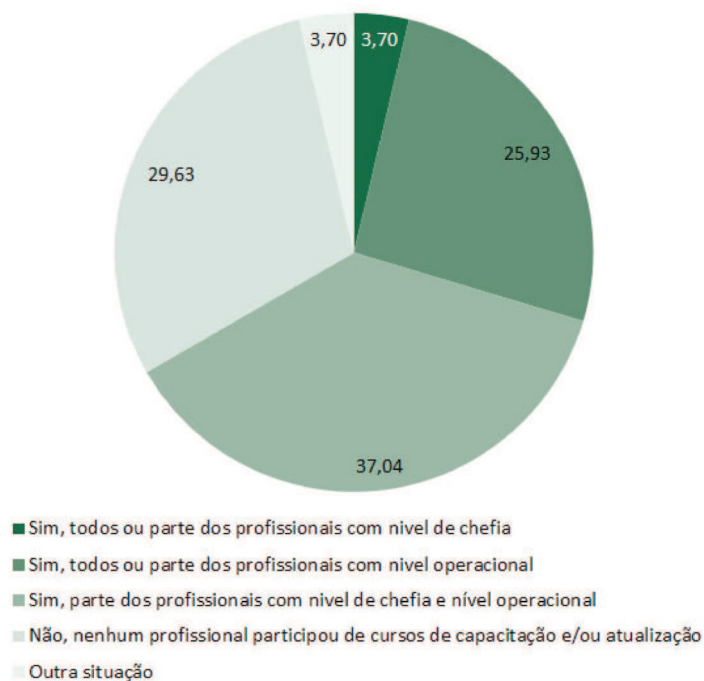
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 15 - PERCENTUAL DE UNIDADES DE MEDICINA LEGAL CUJOS PROFISSIONAIS PARTICIPARAM DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO, POR UF, 2011



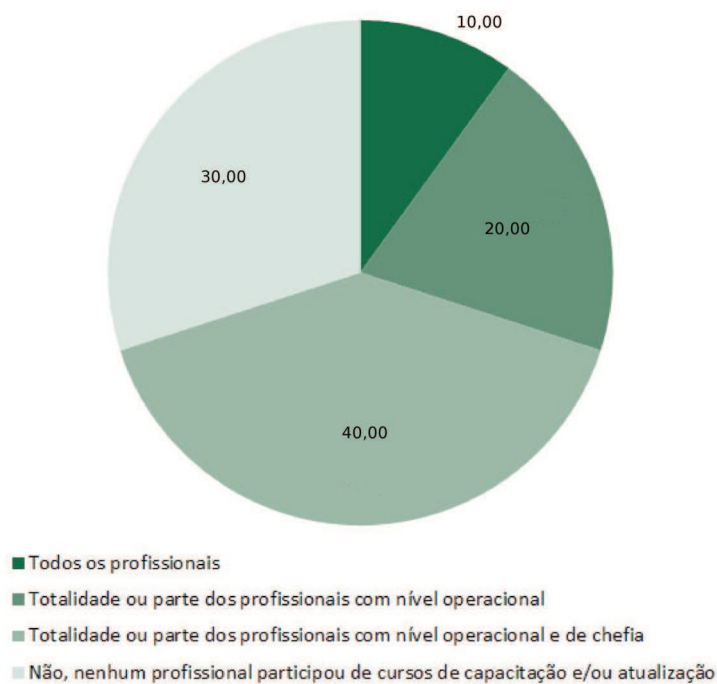
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 16 - PERCENTUAL DE UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO CUJOS PROFISSIONAIS PARTICIPARAM DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO, POR UF, 2011



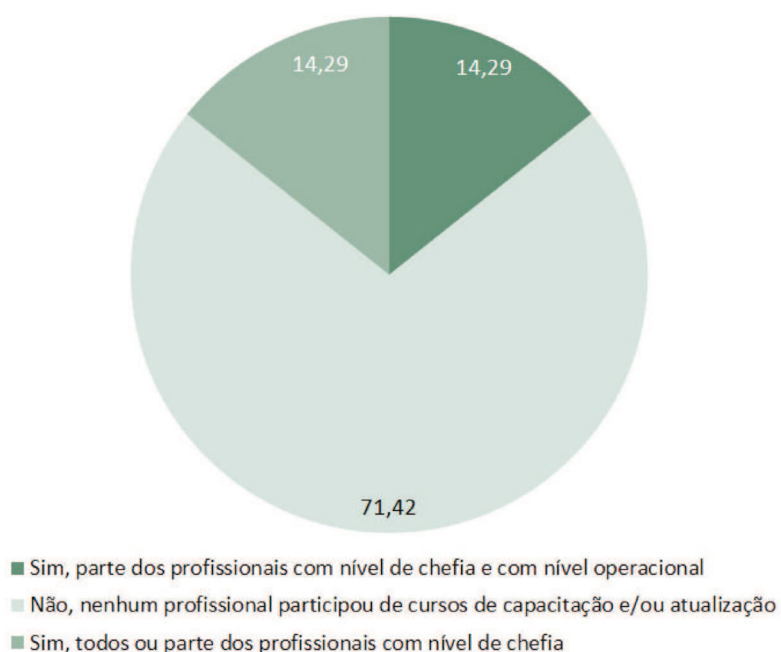
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 17 - PERCENTUAL DE LABORATÓRIOS AUTÔNOMOS CUJOS PROFISSIONAIS PARTICIPARAM DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO, POR UF, 2011



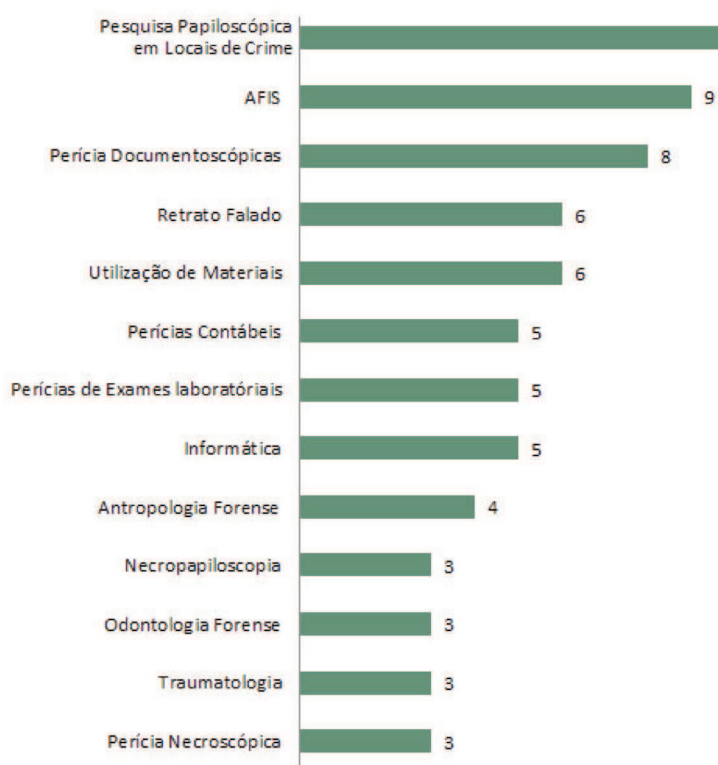
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 18 - PERCENTUAL DE LABORATÓRIOS DE DNA CUJOS PROFISSIONAIS PARTICIPARAM DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 19 - TEMAS MAIS ABORDADOS NOS PROCESSOS DE CAPACITAÇÃO/ATUALIZAÇÃO, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Figura 1 - CAPACITAÇÕES MAIS DEMANDADAS,
POR TEMAS, 2012

Criminalística	• Perícia em locais de crime • Perícias de Informática • Acidentes de Trânsito
Medicina Legal	• Perícia Necroscópica • Sexologia Forense • Antropologia Forense
Identificação	• Pesquisa Papiloscópica em Locais de Crime • Perícias Necropapiloscópicas • AFIS
Laboratório	• Toxicologia Forense • Genética Forense • Química Forense
DNA	• Genética Forense • Estatística aplicada à genética forense • Atualização PCR tempo real

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

5. FUNCIONAMENTO

Este item apresenta o mapeamento feito acerca da dinâmica de funcionamento dos horários de atendimento pericial das unidades de perícia.

Embora exista plantão 24 horas em quase todas as unidades de Criminalística e de Medicina Legal, isso não ocorre em 9 unidades de Identificação, o que pode indicar que não há atendimento de boa parte das perícias externas ou que ele é insuficiente (Mapas 18 a 20).

Não há nenhum tipo de padronização entre as UFs das escalas de serviço e do tempo reservado à confecção de laudos. A regra geral é a existência de escalas que implicam 24 horas seguidas de trabalho, o que pode ser prejudicial não apenas à qualidade do trabalho, mas também à qualidade de vida dos profissionais (Gráficos 20 a 22). Não há também padronização do tempo reservado à confecção de laudos (Gráficos 23 e 24).

MAPA 18 – EXISTÊNCIA DE PLANTÃO 24 HORAS NA UNIDADE CENTRAL DE CRIMINALÍSTICA, POR UF, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

MAPA 19 – EXISTÊNCIA DE PLANTÃO 24 HORAS NA UNIDADE CENTRAL DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2012



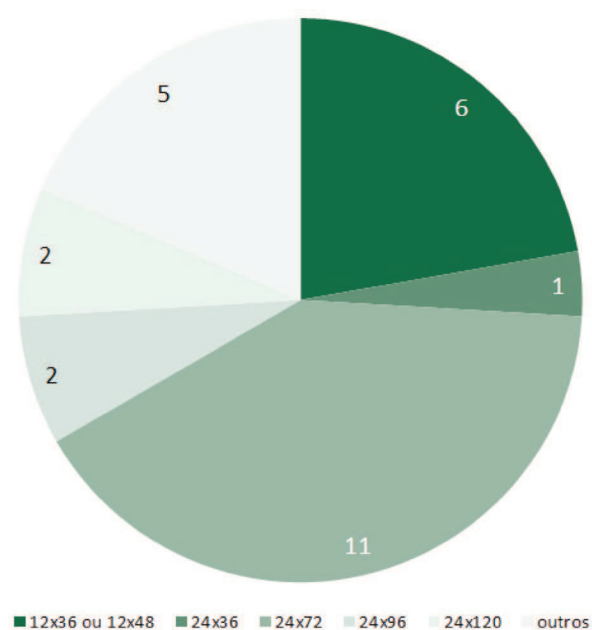
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

MAPA 20—EXISTÊNCIA DE PLANTÃO 24 HORAS NA UNIDADE CENTRAL DE IDENTIFICAÇÃO, POR UF, 2012



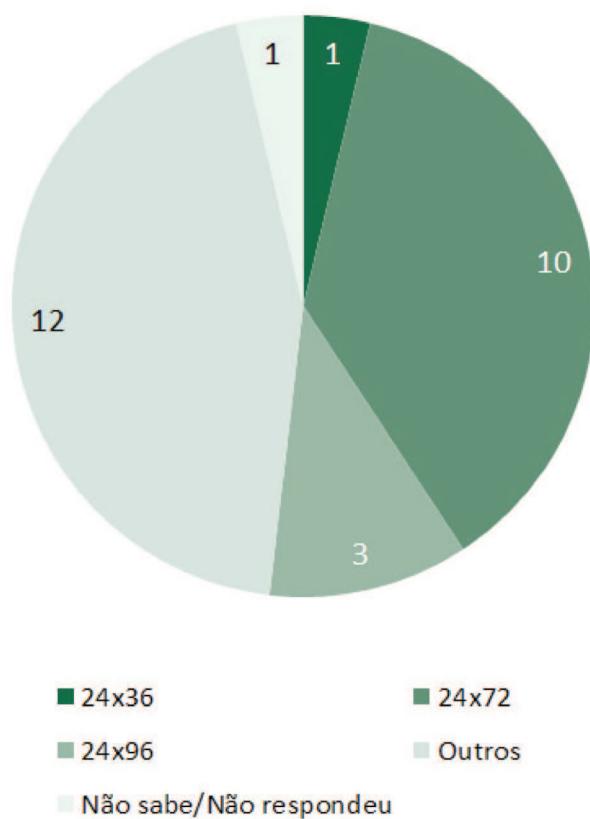
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 20 – TIPOS DE ESCALA DE PLANTÃO NAS UNIDADES CENTRAIS DE CRIMINALÍSTICA, POR UF, 2012



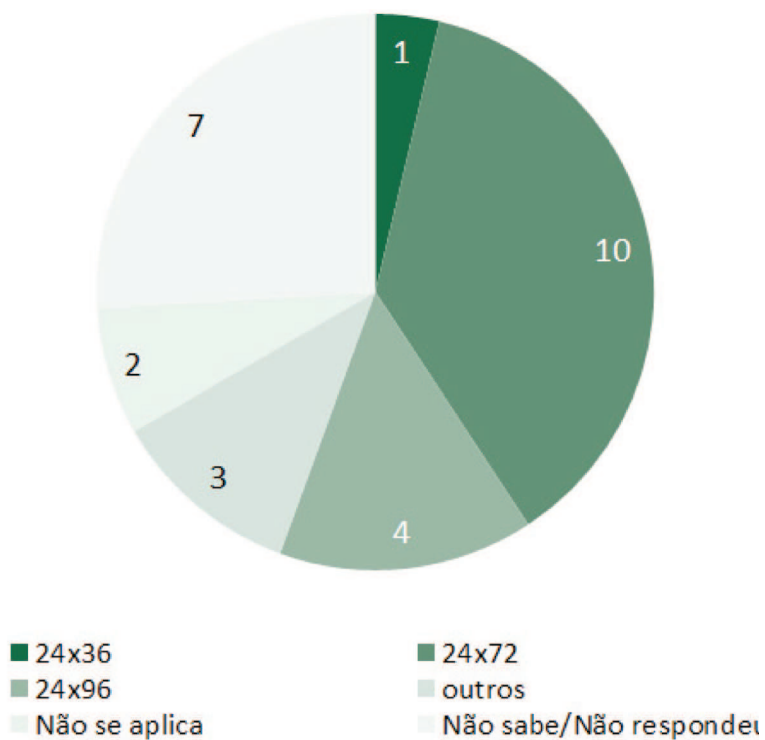
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 21 – TIPOS DE ESCALA DE PLANTÃO NAS UNIDADES CENTRAIS DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2012



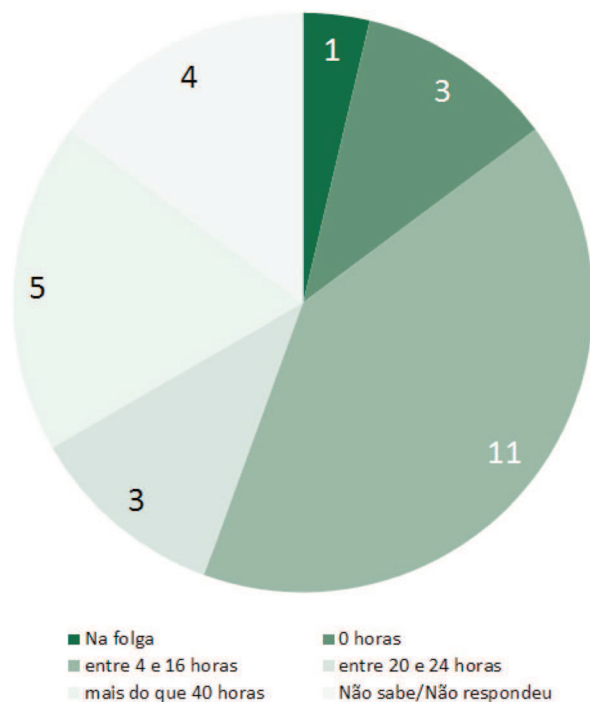
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 22 – TIPOS DE ESCALA DE PLANTÃO NAS UNIDADES CENTRAIS DE IDENTIFICAÇÃO, POR UF, 2012



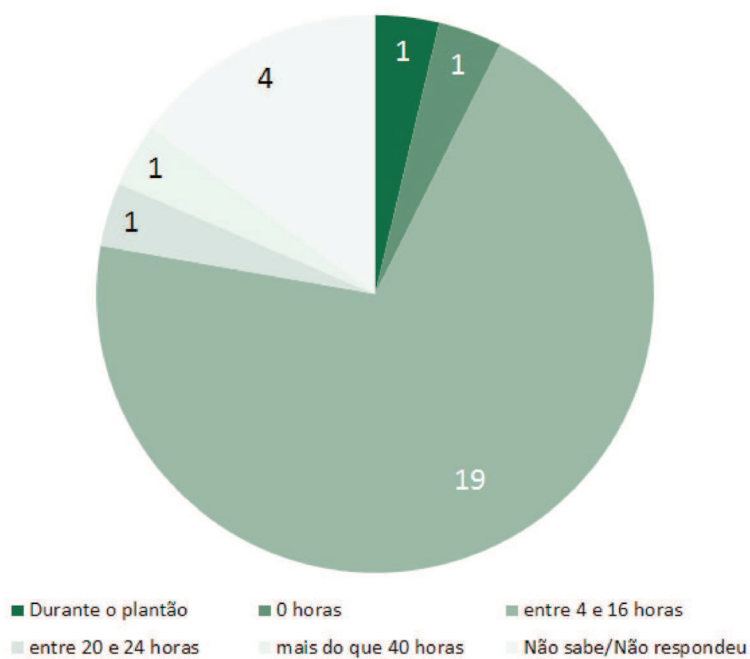
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 23 - TEMPO SEMANAL PARA CONFEÇÃO DE LAUDOS NAS UNIDADES CENTRAIS DE CRIMINALÍSTICA, POR UF, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 24 - TEMPO SEMANAL PARA CONFEÇÃO DE LAUDOS NAS UNIDADES CENTRAIS DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

6. PROCESSOS DE TRABALHO

Este item avaliou a realização dos trabalhos periciais no que concerne a aspectos fundamentais como: a cadeia de custódia dos vestígios, a padronização dos procedimentos operacionais e a avaliação interna dos laudos produzidos. Em última análise, são todos elementos fundamentais para assegurar a qualidade do trabalho pericial.

6.1. Cadeia de Custódia

Um dos elementos fundamentais para se compreender os processos de trabalho da atividade pericial é a existência e o funcionamento da cadeia de custódia dos vestígios. Ela é essencial para a validação da prova técnica uma vez que possibilita a rastreabilidade do vestígio, ou seja, assegura o vínculo entre o material periciado e o fato investigado. A cadeia de custódia também possibilita documentar a cronologia da evidência e quem foram os responsáveis por seu manuseio.

O Brasil não tem uma normativa geral sobre cadeia de custódia e o mesmo ocorre na grande maioria dos Estados, que ainda encontram fragilidades na gestão da atividade pericial. Apesar da ausência de normas formalizadas é possível, porém, identificar elementos que demonstram a existência mais ou menos consistente de cadeia de custódia nas atividades periciais.

As tabelas seguintes versam sobre esses elementos e apontam para a fragilidade dos procedimentos pertinentes à

custódia dos vestígios na grande maioria das UFs.

Mais da metade das unidades centrais de Criminalística (Tabela 18) de Medicina Legal (Tabela 19) e de Identificação (Tabela 20) responderam que os vestígios não são lacrados quando coletados no local de crime e não são guardados em local seguro e que preserve suas características. Não há também rastreabilidade dos vestígios na maioria dessas unidades. Em conjunto, esses dados apontam para a inexistência de procedimentos de cadeia de custódia na Criminalística. O que funciona, enfim, é tão somente a parte burocrática pertinente ao protocolo de recebimento e encaminhamento dos vestígios dentro das unidades. A exceção diz respeito aos laboratórios de DNA, que por serem mais recentes e melhor estruturados apontam um pouco mais de robustez nos procedimentos pertinentes à cadeia de custódia, conforme se verifica na Tabela 22.

As unidades centrais de Criminalística e Identificação também foram perguntadas sobre a existência de material adequado para acondicionamento dos vestígios. Somente 5 unidades centrais de Criminalística e 1 de Identificação apontaram que esse material existe sempre.

TABELA 18 - ELEMENTOS DA CADEIA DA DE CUSTÓDIA NAS UNIDADES CENTRAIS DE CRIMINALÍSTICA, 2012

Perguntas	Respostas	
	Sim	Não
Há registro numérico da evidência no local de crime?	10	17
As evidências são lacradas no local de crime?	10	17
Há protocolo de recebimento e encaminhamento de evidências dentro da Unidade?	20	7
Há local seguro para guarda das evidências?	6	21
O local da guarda preserva as características das evidências?	9	18
O manuseio das evidências é feito apenas por profissionais responsáveis pela cadeia?	17	10
Existe rastreabilidade do manuseio das evidências (registro formal)?	7	20
Os procedimentos da cadeia de custódia são de conhecimento dos peritos?	18	9

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
– Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012

TABELA 19 - ELEMENTOS DA CADEIA DA DE CUSTÓDIA NAS UNIDADES CENTRAIS DE MEDICINA LEGAL, 2012

Perguntas	Respostas		
	Sim	Não	Não Respondeu
Há registro numérico da evidência no local de crime?	4	23	0
As evidências são lacradas no local de crime?	5	22	0
Há protocolo de recebimento e encaminhamento de evidências dentro da Unidade?	16	11	0
Há local seguro para guarda das evidências?	8	19	0
O local da guarda preserva as características das evidências?	9	18	0
O manuseio das evidências é feito apenas por profissionais responsáveis pela cadeia?	12	15	0
Existe rastreabilidade do manuseio das evidências (registro formal)?	7	20	0
Os procedimentos da cadeia de custódia são de conhecimento dos médicos e odonto legistas?	17	9	1

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
– Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 20 - ELEMENTOS DA CADEIA DA DE CUSTÓDIA NAS UNIDADES CENTRAIS DE IDENTIFICAÇÃO, 2012

Perguntas	Respostas		
	Sim	Não	Não Respondeu
Há registro numérico da evidência no local de crime?	4	23	0
As evidências são lacradas no local de crime?	5	22	0
Há protocolo de recebimento e encaminhamento de evidências dentro da Unidade?	16	11	0
Há local seguro para guarda das evidências?	8	19	0
O local da guarda preserva as características das evidências?	9	18	0
O manuseio das evidências é feito apenas por profissionais responsáveis pela cadeia?	12	15	0
Existe rastreabilidade do manuseio das evidências (registro formal)?	7	20	0
Os procedimentos da cadeia de custódia são de conhecimento dos papiloscopistas?	17	9	1

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 21 - ELEMENTOS DA CADEIA DA DE CUSTÓDIA NOS LABORATÓRIOS AUTÔNOMOS, 2012

Perguntas	Respostas				
	Sim	Não	Não Respondeu	Não se aplica	Outra situação
Há registro numérico da evidência no local de crime?	0	10	1	0	0
As evidências são lacradas no local de crime?	0	10	1	0	0
Há protocolo de recebimento e encaminhamento de evidências dentro da Unidade?	9	2	0	0	0
Há local seguro para guarda das evidências?	6	5	0	0	0
O local da guarda preserva as características das evidências?	7	4	0	0	0
O manuseio das evidências é feito apenas por profissionais responsáveis pela cadeia?	7	4	0	0	0
Existe rastreabilidade do manuseio das evidências (registro formal)?	7	4	0	0	0
Os procedimentos da cadeia de custódia são de conhecimento dos peritos?	8	0	1	1	2

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
– Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 22 - ELEMENTOS DA CADEIA DE CUSTÓDIA NOS LABORATÓRIOS DE DNA, 2012

Perguntas	Respostas	
	Sim	Não
Há registro numérico da evidência no local de crime?	0	6
As evidências são lacradas no local de crime?	0	6
Há protocolo de recebimento e encaminhamento de evidências dentro da Unidade?	3	3
Há local seguro para guarda das evidências?	2	4
O local da guarda preserva as características das evidências?	2	4
O manuseio das evidências é feito apenas por profissionais responsáveis pela cadeia?	4	2
Existe rastreabilidade do manuseio das evidências (registro formal)?	4	2
Os procedimentos da cadeia de custódia são de conhecimento dos peritos?	5	1

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
– Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

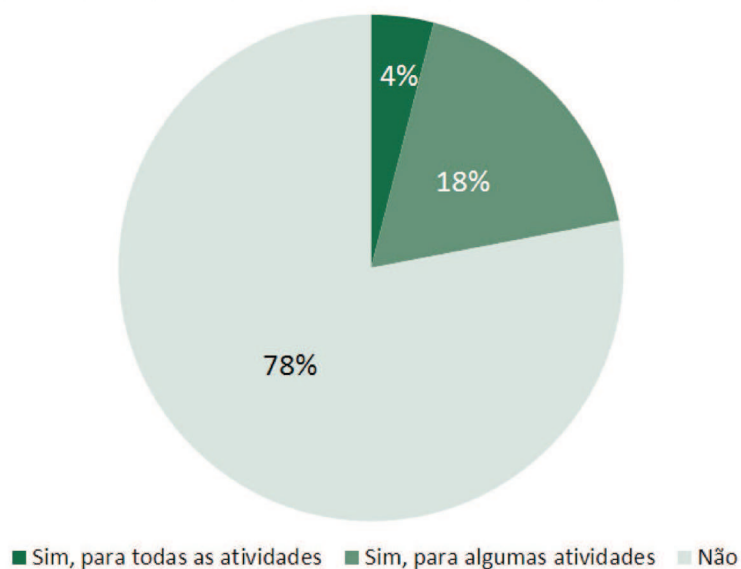
6.2. Padronização de Procedimentos Operacionais

A cadeia de custódia é de extrema importância, mas por si não assegura a qualidade no processamento do vestígio. Para tanto é necessária a padronização dos procedimentos operacionais e a existência de um sistema de aferição da qualidade dos equipamentos utilizados. A padronização de procedimentos determina a forma correta de se realizar um exame e possibilita que eles sejam realizados sempre da mesma forma, ou seja, que possam ser repetidos por diferentes profissionais e cheguem ao mesmo resultado. Para isso, também é necessária a aferição da qualidade dos equipamentos, que assegura a sua precisão. Este último item não foi objeto deste diagnóstico.

Com relação à existência de procedimentos operacionais padronizados, verifica-se nos gráficos a seguir que as unidades centrais de Criminalística, Medicina Legal e Identificação, bem como os Laboratórios autônomos e os Laboratórios de DNA já contam com alguma coisa produzida, seja em relação à coleta de vestígios, seja em relação ao seu processamento.

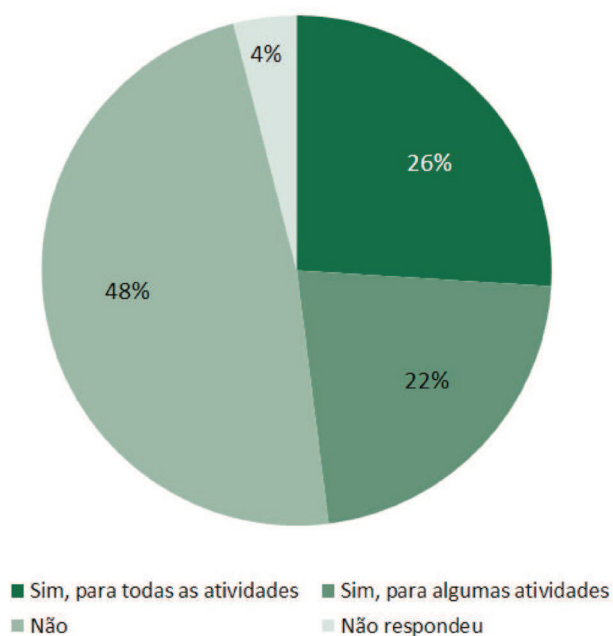
O maior avanço é constatado nos Laboratórios de DNA e supõe-se que isso se dê pelo fato de ser especialidade relativamente nova e que vem sendo implementada nos Estados com a participação de uma rede nacional de peritos, o que auxilia que os procedimentos desenvolvidos em uma UF seja socializado com as demais.

Gráfico 25 – PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SOBRE COLETA DE VESTÍGIOS NAS UNIDADES CENTRAIS DE CRIMINALÍSTICA, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 26 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SOBRE COLETA DE VESTÍGIOS NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 27 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SOBRE COLETA DE VESTÍGIOS NAS UNIDADES CENTRAIS DE IDENTIFICAÇÃO, 2012

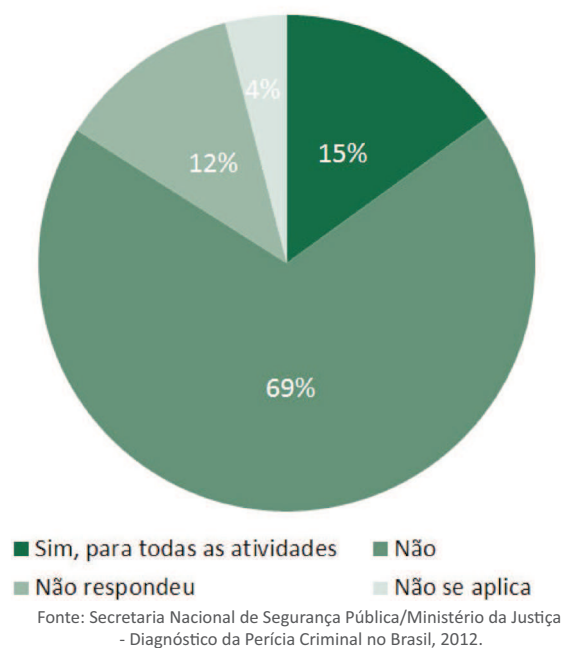


Gráfico 28 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SOBRE COLETA DE VESTÍGIOS NOS LABORATÓRIOS AUTÔNOMOS, 2012

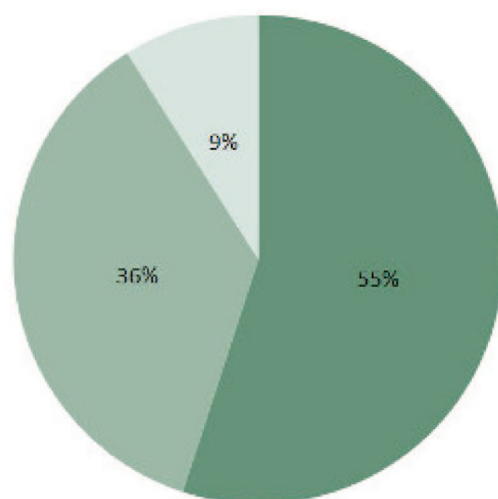
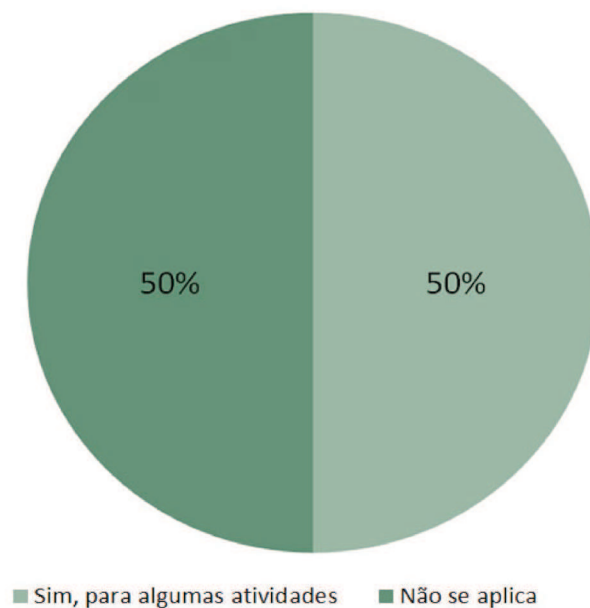
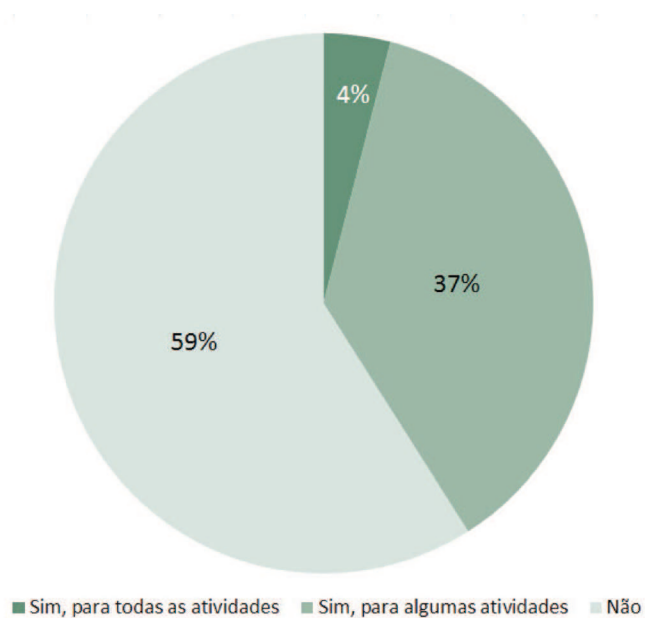


Gráfico 29 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SOBRE COLETA DE VESTÍGIOS NOS LABORATÓRIOS DE DNA, 2012



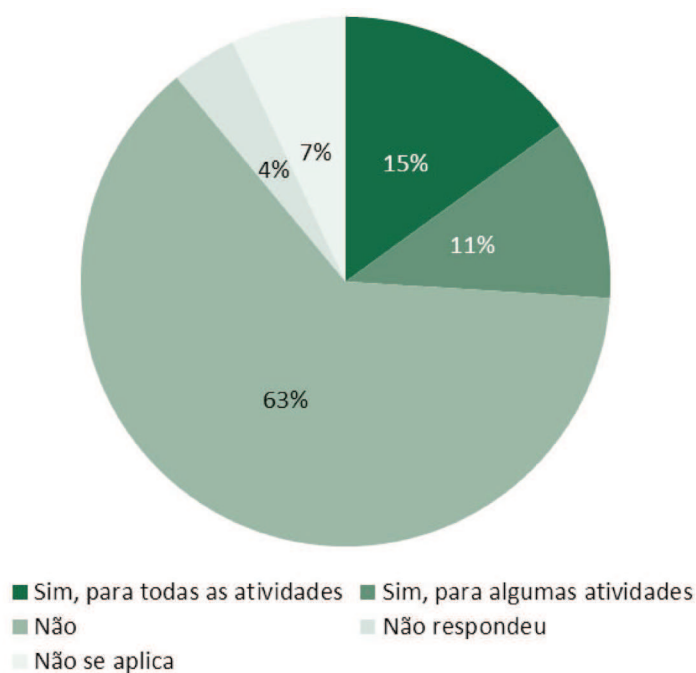
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 30 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO DE VESTÍGIOS NAS UNIDADES CENTRAIS DE CRIMINALÍSTICA, 2012



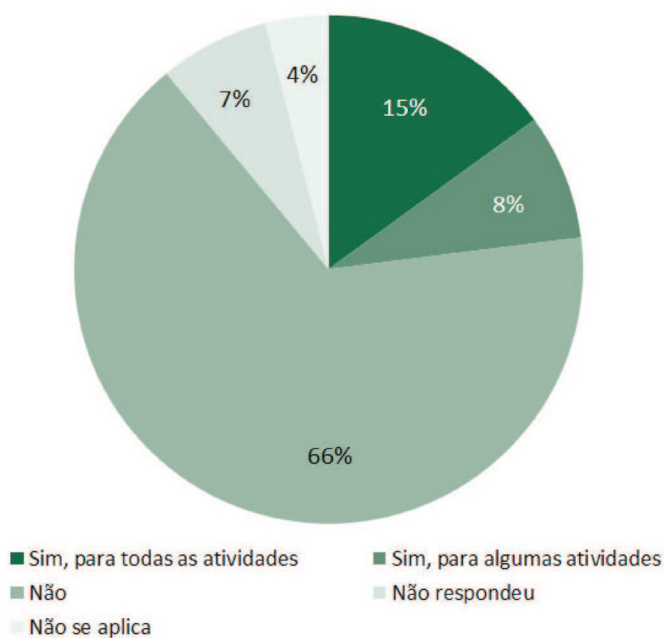
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 31 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO DE VESTÍGIOS NAS UNIDADES CENTRAIS DE MEDICINA LEGAL, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 32 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO DE VESTÍGIOS NAS UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO, 2012



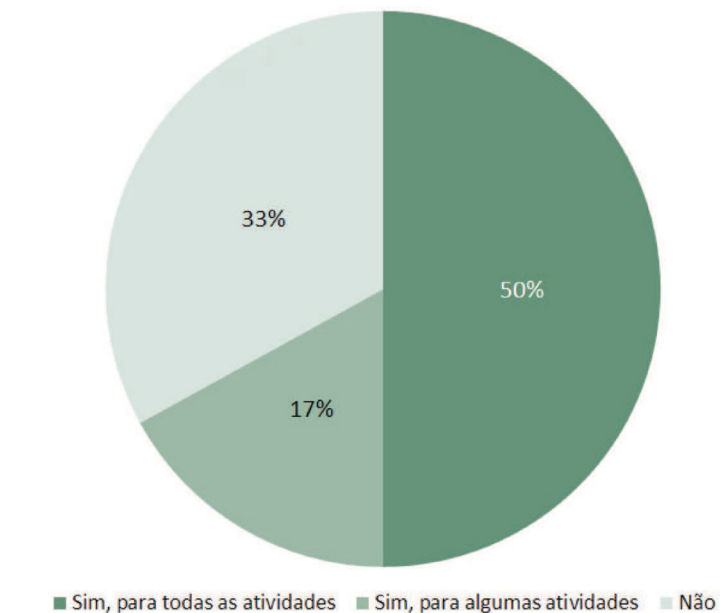
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 33 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO DE VESTÍGIOS NOS LABORATÓRIOS AUTÔNOMOS, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 34 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO DE VESTÍGIOS NOS LABORATÓRIOS DE DNA, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

6.3. Avaliação Interna dos Laudos

A avaliação interna dos laudos periciais é um item importante para assegurar sua qualidade, uma vez que é executada por meio de um processo de revisão em que os próprios profissionais de perícia repassam o trabalho sistematizado por seus colegas, visando identificar eventuais incorreções. As visitas feitas às unidades de perícia identificaram que não há na maioria das UFs a rotina de avaliação dos laudos com critérios de qualidade. Grande parte das unidades avaliavam somente os aspectos formais.

As respostas às questões sobre o tema apontam no mesmo sentido e sugerem um sistema frágil de controle interno de qualidade, conforme se percebe nas tabelas seguintes. Constata-se que as unidades de Identificação e os Laboratórios de DNA são as que tem sistema de avaliação de qualidade de laudos mais estruturado e que abarca mais da metade dos laudos produzidos. As unidades de Medicina Legal, por sua vez, são as que apresentam maior fragilidade na avaliação da qualidade dos laudos.

TABELA 23 - EXISTÊNCIA DE MECANISMO DE AVALIAÇÃO INTERNA DA QUALIDADE DOS LAUDOS PERICIAIS, 2012

Área	SIM		NÃO	
	unid.	%	unid.	%
Criminalística	14	51,85	13	48,15
Medicina Legal	13	48,15	14	51,85
Identificação	22	81,48	5	18,52
Laboratórios autônomos	8	72,73	3	27,27
Laboratórios de DNA	5	83,33	1	16,67

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 24 - RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO INTERNA DA QUALIDADE DOS LAUDOS, PERCENTUAL, 2012

Responsável	Criminalística	Medicina Legal	Identificação	Laboratório Autônomo	Laboratório de DNA ¹
Segundo Perito	7%	0	30%	9%	83%
Chefe Imediato	15%	15%	7%	18%	
Perito Revisor	11%	15%	11%	0	0
Outra Situação	22%	15%	33%	46%	0
Não se Aplica	45%	55%	19%	27%	17%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

¹ Estão somadas as UFs em que a revisão é feita apenas pelo segundo perito, apenas pelo chefe imediato ou por ambos.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 25 - QUANTIDADE DE LAUDOS AVALIADOS, PERCENTUAL, 2012

Quantidade	Criminalística	Medicina Legal	Identificação	Laboratório Autônomo	Laboratório de DNA
Todos os Laudos	11%	15%	63%	46%	83%
Por Amostragem	18%	22%	11%	9%	0
Outra Situação	26%	11%	7%	18%	0
Não se Aplica	41%	4%	19%	27%	17%
Não Respondeu	4%	48%	0	0	0
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

7. PRODUTIVIDADE

Um dos aspectos fundamentais para compreender a atividade pericial no país diz respeito à sua capacidade de atender às demandas. Esta parte do trabalho buscou aferir a produtividade das unidades de perícia. Para tanto, buscou-se levantar dados atinentes às requisições que são recebidas pelas unidades de perícia, à quantidade de exames periciais efetivamente realizados e à quantidade de laudos expedidos.

Cabem aqui algumas observações importantes para a compreensão dos dados que serão apresentados a seguir:

Nem todo exame pericial realizado tem seus resultados consolidados no documento “laudo”. É comum a prática das unidades de perícia realizarem exames e registrarem em - rascunhos - seus resultados, só produzindo o laudo oficial quando ele é oficialmente solicitado pelas autoridades competentes. Isso ocorre tanto pelo excesso de demanda e pela falta de tempo para produção dos laudos (conforme constatado nos Gráficos 23 e 24) quanto pelo fato de que nem sempre um exame realizado se refere a uma investigação em andamento (às vezes não houve elementos suficientes para instauração de um inquérito, por exemplo, mas os vestígios coletados sobre o crime puderam ser processados);

Seja pelo tamanho da demanda, seja pela natureza da atividade pericial, que pode envolver a realização de exames complexos e demorados, existe um lapso entre a requisição

da perícia, sua realização e a confecção do laudo que faz com que as estatísticas de produtividade não se refiram necessariamente ao ano em que foram coletadas. Assim, em 2012 as unidades de perícia estão processando exames e finalizando laudos tanto de crimes que ocorreram em 2012 como de crimes de anos anteriores. Ou seja: medir o fluxo de entrada e saída de casos não é uma operação simples porque envolve bases de anos distintos.

Como apresentado no início deste trabalho, a grande maioria das unidades de perícia não trabalha com sistemas de gestão informatizados, de modo que os dados sobre produtividade coletados nem sempre são seguros. Isso é um dos fatores que explica a dificuldade da Senasp em obter informações sobre produtividade (a pergunta precisou ser reformulada e reencaminhada e ainda assim muita coisa não foi respondida) e aponta para a necessidade de relativização dos dados coletados.

Por fim, é importante registrar que nem sempre uma requisição se refere a um exame. Geralmente uma requisição se relaciona a mais de um procedimento, de modo que, pelo menos em tese, o número de exames realizados e laudos confeccionados tenderia a ser maior do que o número de requisições se houvesse capacidade de atendimento de todas as demandas.

Feitos esses esclarecimentos iniciais, os dados a seguir serão apresentados na seguinte sequência: a) dados sobre o que foi produzido em 2011, por tipo de laudo/atividade; b) dados gerais sobre demandas recebidas e atendidas em 2011; e c) dados sobre exames geralmente pertinentes aos crimes violentos (local de crime, balística e autópsia).

7.1. Produção em 2011

Os dados gerais sobre a produção das unidades de Criminalística do país em 2011 apontam que a maior produção foi de laudos de local de crime que correspondem a 29,6% do total quando juntados local de crime contra a pessoa e contra o patrimônio (Tabela 26). Essa atividade é feita pela equipe de perícia de local de crime, que fica de plantão para poder comparecer aos locais de crime e que corresponde, conforme a tabela 17, a cerca de 31,7% do total de peritos criminais do país. Na sequência estão os laudos de química forense e balística, que correspondem, respectivamente, a 15,79% e 14,05% do total de laudos produzidos pelas unidades de Criminalística das UFs em 2011.

Na Medicina Legal, a maioria dos laudos expedidos em 2011, cerca de 64,41%, dizem respeito a exames de lesão corporal (Tabela 27). Nos Institutos de Identificação as principais atividades foram a emissão de carteiras de identidade e a expedição de atestados de antecedentes criminais, ou seja, atividades que não são propriamente periciais (Tabela 28).

TABELA 26 - PERCENTUAL DE LAUDOS EXPEDIDOS PELAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA,
POR TIPO, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Informática	Química Forense	Local de Crime contra a pessoa	Local de Crime contra o patrimônio	Acidente de Trânsito
ACRE	0,75	*	1,81	42,01	29,18
ALAGOAS	0,47	32,97	30,07	8,39	2,00
AMAZONAS	6,72	**	3,48	31,35	1,53
AMAPÁ	0,17	**	3,26	17,69	12,76
BAHIA	0,55	**	10,20	18,44	2,47
CEARÁ	4,39	0,00	17,40	26,32	14,89
DISTRITO FEDERAL	0,08	22,39	3,55	9,91	11,55
ESPÍRITO SANTO ¹	1,19	55,87	6,10	2,47	1,56
GOIÁS	1,75	49,93	2,11	6,66	1,30
MARANHÃO	**	**	8,39	**	21,53
MINAS GERAIS	1,82	39,02	3,40	8,23	6,27
MATO GROSSO DO SUL ²	2,80	0,00	*	*	*
MATO GROSSO ³	0,72	*	5,64	22,08	5,37
PARÁ	1,25	3,06	7,89	11,11	0,05
PARAÍBA	1,05	0,00	6,41	9,28	3,21
PERNAMBUCO	3,65	38,76	7,88	8,36	18,44
PIAUÍ	0,54	22,35	2,27	8,58	12,21
PARANÁ	4,28	8,69	7,96	6,63	9,96
RIO DE JANEIRO	*	23,06	15,44	0,00	0,00
RIO GRANDE DO NORTE	1,31	**	**	**	**
RONDÔNIA	0,69	*	3,43	30,70	26,91
RORAIMA	0,37	15,53	2,61	32,08	27,71
RIO GRANDE DO SUL	1,23	0,39	8,33	10,44	3,88
SANTA CATARINA	0,97	**	5,11	13,07	1,06
SERGIPE	0,00	30,00	8,75	11,25	3,75
SÃO PAULO ⁴	0,71	3,61	10,96	41,16	23,76
TOCANTINS	4,42	**	16,12	**	**
TOTAL	1,31	15,79	7,68	21,92	12,94

¹ Laudos de incêndio estão computados na coluna de crimes contra o patrimônio.

² Estão computados somente laudos da capital e da região metropolitana, uma vez que no interior não há controle de expedição de laudos por tipo.

Os laudos de local de crime contra a pessoa, contra o patrimônio e os acidentes de trânsito não são registrados separadamente.

Todos estão agrupados na coluna "Perícias Externas".

³ Os laudos tipificados como "impressão de pele" foram incluídos na coluna "Papiloscopia".

⁴ O número de laudos de local de crime contra a pessoa e contra o patrimônio inclui exames de peças relacionadas a esses crimes.

⁵ Exames em objetos.

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Balística	Caracterização Física de Materiais ⁵	Genética Forense	Perícias Externas	Papiloscopia	Outros Laudos	TOTAL
12,44	**	0,00	*	*	13,81	100,00
20,66	1,49	*	*	*	3,96	100,00
17,13	12,82	0,92	*	*	26,05	100,00
9,70	**	**	*	*	56,42	100,00
30,08	**	0,00	*	*	38,26	100,00
28,65	0,00	0,00	*	*	8,34	100,00
10,84	**	**	*	*	41,68	100,00
22,78	0,30	**	*	*	9,72	100,00
10,70	2,30	0,31	*	3,89	21,05	100,00
42,28	**	**	*	*	27,80	100,00
15,65	3,77	0,42	*	*	21,41	100,00
5,85	2,57	**	13,23	*	75,54	100,00
16,81	*	*	*	1,50	47,88	100,00
16,99	0,75	0,29	*	*	58,62	100,00
9,09	0,00	0,00	*	1,43	69,53	100,00
20,27	**	*	*	*	2,64	100,00
0,87	32,76	0,00	*	*	20,42	100,00
34,84	*	0,92	*	*	26,72	100,00
12,34	**	0,00	*	*	49,16	100,00
56,84	**	**	*	*	41,86	100,00
0,31	**	0,00	*	*	37,96	100,00
3,71	7,59	0,65	*	*	9,74	100,00
41,34	**	**	*	*	34,39	100,00
16,69	4,86	**	*	0,65	57,59	100,00
32,50	0,00	0,00	*	*	13,75	100,00
8,22	0,07	0,11	*	*	11,41	100,00
34,74	**	**	*	*	44,72	100,00
14,05	1,51	0,19	0,22	0,17	24,22	100,00

TABELA 27 - PERCENTUAL DE LAUDOS EXPEDIDOS PELAS UNIDADES
DE MEDICINA LEGAL, POR TIPO, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Lesão Corporal	Lesão Corporal Ad Cautelar	Necroscópicos	Cadavéricos	Exumação	Ossada
ACRE	32,96	57,24	3,31	0,34	0,04	0,04
ALAGOAS	77,59	**	20,84	1,22	0,02	0,06
AMAZONAS ¹	81,96	**	6,68	3,62	**	0,03
AMAPÁ ²	74,57	**	0,00	0,76	**	**
BAHIA ³	30,75	**	5,46	0,92	**	0,09
CEARÁ	46,18	9,35	39,91	0,80	0,01	0,02
DISTRITO FEDERAL	36,66	41,09	3,92	1,96	0,01	*
ESPÍRITO SANTO	76,37	0,00	9,75	1,42	0,02	**
GOÁS	28,80	44,05	12,57	1,19	0,03	0,11
MARANHÃO	90,46	**	7,73	0,50	0,05	**
MINAS GERAIS	67,91	*	15,85	**	0,09	0,18
MATO GROSSO DO SUL ⁴	82,93	**	10,20	**	**	**
MATO GROSSO ⁵	86,93	**	8,12	*	0,01	0,02
PARÁ	79,12	**	11,05	0,36	**	**
PARAÍBA	72,68	*	18,97	*	0,01	0,07
PERNAMBUCO	84,18	**	7,52	2,83	**	**
PIAUÍ	87,37	**	12,08	**	0,09	**
PARANÁ	21,11	**	4,37	0,41	**	**
RIO DE JANEIRO ⁶	18,52	7,23	11,89	**	**	0,02
RIO GRANDE DO NORTE	55,31	**	28,24	0,12	0,02	0,09
RONDÔNIA	82,88	3,75	4,14	0,06	0,00	0,00
RORAIMA ⁷	74,59	19,36	3,49	1,84	*	0,01
RIO GRANDE DO SUL	68,01	12,67	6,30	2,48	0,03	0,03
SANTA CATARINA ⁸	80,61	0,00	6,42	0,12	0,03	0,02
SERGIPE	64,09	15,52	16,50	**	0,08	**
SÃO PAULO ⁹	46,87	34,20	6,76	1,04	0,02	0,02
TOCANTINS	48,87	23,72	6,93	1,97	0,02	0,03
TOTAL	49,71	14,70	9,29	0,88	0,02	0,03

¹ Os laudos de sanidade, classificados pelo Estado como complementares, estão computados em conjunto com os laudos psiquiátricos.

² Os laudos classificados pelo Estado como Conjunção Carnal estão computados em conjunto com os laudos sexológicos.

³ Os dados desagregados por tipo de laudo são somente os da capital. Os dados da região metropolitana e do interior estão agregados e foram computados na coluna "outros laudos".

⁴ O Estado não disponibiliza de forma separada os laudos de Lesão Corporal Ad Cautelar, Cadavéricos, Exumação, Ossada, Ato Libidinoso, exames Cíveis e Embriaguez. Esses exames estão incluídos em outros exames similares de mesmo grupo.

Os laudos cadavéricos foram informados pelo Estado em conjunto com os necroscópicos.

⁵ O Estado incluiu os laudos sexológicos realizados no interior no total de exames de lesão. Os laudos de Ato Libidinoso estão agregados aos laudos Sexológicos.

Sexológicos ¹⁰	Exames cíveis	Embriaguez	Toxicológicos	Psiquiátricos	Psicológicos	Outros laudos	Total Geral
4,79	0,01	*	*	1,28	*	0,00	100,00
0,21	**	0,07	**	**	**	0,00	100,00
4,40	**	**	**	3,30	0,01	0,00	100,00
6,44	**	0,70	8,51	0,00	0,96	8,07	100,00
1,39	0,02	0,40	0,06	0,01	0,00	60,91	100,00
2,88	0,53	0,25	0,00	0,08	0,00	0,00	100,00
2,66	0,01	2,10	10,41	0,84	0,34	0,00	100,00
3,78	4,37	0,57	3,72	**	**	0,00	100,00
8,60	4,44	0,10	0,01	0,03	0,05	0,00	100,00
0,92	**	0,28	0,05	**	**	0,00	100,00
5,20	**	3,71	3,70	1,27	**	2,08	100,00
6,87	**	**	*	*	*	0,00	100,00
1,99	*	0,50	0,78	0,54	*	1,12	100,00
9,47	**	**	**	**	**	0,00	100,00
4,48	*	0,53	2,50	*	*	0,75	100,00
5,03	**	0,23	0,20	**	**	0,00	100,00
0,00	**	0,47	**	**	**	0,00	100,00
40,40	**	4,89	28,75	0,06	**	0,00	100,00
0,67	**	**	2,40	0,02	**	59,25	100,00
9,17	**	2,70	**	1,55	2,79	0,00	100,00
5,32	1,80	1,97	*	0,08	**	0,00	100,00
0,01	*	0,01	0,01	0,00	0,00	0,68	100,00
4,49	0,00	1,60	0,90	1,54	0,08	1,87	100,00
5,24	0,00	0,00	7,55	0,00	0,00	0,00	100,00
3,82	**	**	**	**	**	0,00	100,00
2,79	*	2,40	5,83	0,07	**	0,00	100,00
7,06	*	0,63	0,60	*	4,16	6,02	100,00
7,98	0,22	1,81	6,46	0,34	0,07	8,51	100,00

⁶ Os dados sobre necropsia incluem morte natural e violentas.

⁷ A coluna “lesões corporais” inclui os chamados “exames complementares”.

⁸ Os laudos de Embriaguez estão computados em conjunto com os laudos toxicológicos.

⁹ Os laudos necroscópicos incluem casos de morte violenta e causa indeterminada. Os cadavéricos incluem as mortes que se presume serem de causa natural e cujos exames são demandados pelo Serviço de Verificação de Óbito.

¹⁰ Estão incluídos todos os tipos de laudos relativos a crimes sexológicos (ex. ato libidinoso).

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

TABELA 28 - ATIVIDADES EXECUTADAS PELAS UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO, PERCENTUAL, POR TIPO, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Carteiras de Identidade	Folha de Antecedentes Criminais	Atestado de Antecedentes Criminais	Laudos Papiloscópicos (ID; Palmar e Plantar)
ACRE ¹	47,53	6,85	44,22	0,12
ALAGOAS	90,08	4,09	2,68	0,01
AMAZONAS	83,80	4,95	11,18	0,03
AMAPÁ	34,01	27,01	13,31	24,61
BAHIA	99,90	*	*	0,05
CEARÁ	31,01	34,49	34,49	0,00
DISTRITO FEDERAL	97,03	0,16	0,00	1,23
ESPÍRITO SANTO	92,07	7,69	**	0,14
GOIÁS	91,18	4,64	3,10	0,13
MARANHÃO	82,73	1,89	15,38	*
MINAS GERAIS	61,87	1,05	36,78	0,11
MATO GROSSO DO SUL	86,25	7,75	4,70	0,99
MATO GROSSO	73,91	13,29	11,47	**
PARÁ ¹	80,82	**	19,10	0,02
PARAÍBA	100,00	**	**	**
PERNAMBUCO	78,37	5,65	11,97	3,65
PIAUÍ	80,17	9,72	9,72	0,23
PARANÁ	78,54	*	21,07	0,23
RIO DE JANEIRO ¹	*	33,98	59,79	0,38
RIO GRANDE DO NORTE	51,15	34,82	13,88	0,01
RONDÔNIA	77,55	17,92	3,55	0,11
RORAIMA	63,27	**	31,93	0,61
RIO GRANDE DO SUL	55,18	**	43,92	0,02
SANTA CATARINA	98,57	**	**	1,03
SERGIPE	48,98	42,66	8,34	0,00
SÃO PAULO	43,85	12,85	10,45	22,17
TOCANTINS ²	82,86	8,64	7,50	0,19
TOTAL	58,24	9,67	16,77	10,24

¹ Laudos informados como perícia em local de crime estão computados na coluna Outros

² Dados de Identificação de Serviço de Verificação de Óbito - SVO estão computados na coluna Laudo Necropapiloscópico.

* Não se aplica.

** Não sabe/Não respondeu

Laudos Necropapiloscópicos	Retrato Falado, Rejuvenescimento e Envelhecimento	Informação Técnica	Outros	Total
0,01	0,01	**	1,26	100,00
0,00	0,00	0,01	3,13	100,00
0,00	0,02	0,00	0,00	100,00
0,03	1,02	0,00	0,01	100,00
**	*	*	0,05	100,00
0,00	**	0,00	0,00	100,00
1,25	0,33	**	0,00	100,00
0,05	0,05	*	0,00	100,00
0,72	0,05	0,19	0,00	100,00
*	*	0,00	0,00	100,00
*	*	*	0,18	100,00
0,09	0,02	0,20	0,00	100,00
**	**	1,33	0,00	100,00
**	0,06	**	0,00	100,00
**	**	*	0,00	100,00
0,19	0,02	0,15	0,00	100,00
0,01	**	0,16	0,00	100,00
0,05	0,01	0,06	0,05	100,00
4,51	0,00	0,05	1,30	100,00
0,14	**	0,00	0,00	100,00
0,01	0,03	0,84	0,00	100,00
1,25	0,19	2,74	0,00	100,00
0,02	**	0,57	0,30	100,00
0,02	0,07	0,30	0,00	100,00
0,01	**	0,01	0,00	100,00
0,13	*	10,55	0,00	100,00
0,74	0,03	0,03	0,00	100,00
0,16	0,01	4,84	0,07	100,00

Tabela 29 - QUANTIDADE DE LAUDOS EXPEDIDOS PELOS LABORATÓRIOS AUTÔNOMOS, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Total
ACRE	2.739
AMAPÁ	3.395
BAHIA	24.411
CEARÁ	**
MATO GROSSO DO SUL	5.171
MATO GROSSO	10.248
PARAÍBA	5.313
RIO GRANDE DO NORTE	3.624
RORAIMA	6.199
RIO GRANDE DO SUL	**
SANTA CATARINA	16.237
Total	77.337

** Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 30 - QUANTIDADE DE LAUDOS EXPEDIDOS PELOS LABORATÓRIOS DE DNA, POR TIPO, POR UF, 2011

UF	DNA	Exame de Paternidade	Outro	Total
DF	205	205	*	410
ES	60	0	*	60
MT	54	*	413	467
RJ	234	*	*	234
RO	3	*	*	3
TO	16	*	*	16
Total	572	205	413	1.190

* Não se aplica

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

7.2. Demandas recebidas e atendidas em 2011

As informações coletadas sobre o atendimento em 2011 de requisições feitas no mesmo ano sugerem um panorama geral de alta capacidade de atendimento das demandas. Dentre as 17 UFs que conseguiram fornecer dados sobre demandas e produção em 2011 nas unidades de Criminalística, a média geral foi de 73,93% de atendimento (Gráfico 35). Dentre as 16 UFs que forneceram os dados pertinentes às unidades de Medicina Legal, a média foi de 92,6% de atendimento em 2011 das demandas do mesmo ano (Gráfico 36).

A Senasp levantou também informações específicas sobre os exames geralmente pertinentes à investigação de crimes violentos, como as necropsias e os exames de local de crime e os exames de arma de fogo. Estes últimos se dividem essencialmente em exames de eficiência, que visam aferir se arma funciona ou não, e confronto, que visam aferir se determinado projétil foi ou não disparado por determinada arma.

De todos os exames supramencionados, chamou a atenção o baixo índice de atendimento da demanda de realização de exames de confronto balístico. Dentre as 17 UFs que forneceram dados sobre demanda e produção, a média de atendimento foi de apenas 44,43% (Gráfico 38). Esse dado é especialmente importante uma vez que este exame pode ser determinante da autoria de um crime, já que determina qual a arma responsável pelo disparo. Essa baixa produtividade dos exames de confronto balístico em 2011 pode ser creditada à baixa quantidade dos equipamentos necessários à realização do exame (fundamentalmente o microcomparador balístico) e ao baixo número de peritos alocados nesta função (cerca de 14,19% do total de peritos criminais, conforme Tabela 17).

Em 2011 a Senasp investiu na aquisição direta de microcomparadores que foram transferidos para todas as UFs e na capacitação de peritos de balística. Essa área é considerada uma das prioritárias para o trabalho da Secretaria e sua evolução nos Estados vai ser monitorada no âmbito do Programa Brasil Mais Seguro.

Tabela 31 - REQUISIÇÕES RECEBIDAS E LAUDOS EXPEDIDOS PELAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA- CASOS DE 2011, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Requisições Recebidas em 2011 ¹	Laudos Expedidos de casos de 2011
ACRE	**	**
ALAGOAS	4.697	780
AMAZONAS	17.482	7.679
AMAPÁ	4.083	4.083
BAHIA ²	27.134	18.994
CEARÁ	9.827	6.295
DISTRITO FEDERAL	**	**
ESPÍRITO SANTO	27.769	**
GOIÁS	43.554	30.043
MARANHÃO	7.937	6.337
MINAS GERAIS	63.844	60.218
MATO GROSSO DO SUL	21.383	**
MATO GROSSO	14.361	**
PARÁ	29.326	26.958
PARAÍBA	22.158	**
PERNAMBUCO	22.968	21.258
PIAUÍ	7.071	4.843
PARANÁ	8.992	6.294
RIO DE JANEIRO	**	**
RIO GRANDE DO NORTE	5.104	5.104
RONDÔNIA	29.142	17.385
RORAIMA	3.601	3.601
RIO GRANDE DO SUL	**	**
SANTA CATARINA	**	**
SERGIPE	4.900	4.500
SÃO PAULO	450.592	282.169
TOCANTINS	**	**
TOTAL	825.925	506.541

¹ Para fins de aferição do atendimento da demanda, assumiu-se que as requisições recebidas em 2011 referem-se a casos ocorridos naquele ano.

² Dados referentes somente ao Interior uma vez que não foi possível obter resposta da Capital.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 35 - PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE CASOS DE 2011
NO PRÓPRIO ANO NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 32 - REQUISIÇÕES RECEBIDAS E LAUDOS EXPEDIDOS PELAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL- CASOS DE 2011, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Requisições Recebidas em 2011 ¹	Laudos Expedidos de casos de 2011
ACRE	**	**
ALAGOAS ²	12.174	**
AMAZONAS	**	**
AMAPÁ	**	**
BAHIA ³	38.735	27.115
CEARÁ	47.265	46.665
DISTRITO FEDERAL	**	**
ESPÍRITO SANTO	32.772	32.772
GOIÁS	38.841	33.015
MARANHÃO	18.526	18.526
MINAS GERAIS	96.850	**
MATO GROSSO DO SUL	23.627	23.627
MATO GROSSO	32.706	15.203
PARÁ	39.807	35.811
PARAÍBA	18.287	17.982
PERNAMBUCO	48.907	48.907
PIAUÍ	**	**
PARANÁ	58.009	57.533
RIO DE JANEIRO	**	**
RIO GRANDE DO NORTE	13.832	13.832
RONDÔNIA	24.309	24.309
RORAIMA	8.549	8.592
RIO GRANDE DO SUL	**	**
SANTA CATARINA	**	**
SERGIPE	10.633	10.374
SÃO PAULO	520.305	501.679
TOCANTINS	**	**
TOTAL	1.084.134	915.942

1. Para fins de aferição do atendimento da demanda, assumiu-se que as requisições recebidas em 2011 referem-se a casos ocorridos naquele ano.

2. Dados pertinentes somente ao IML de Maceió.

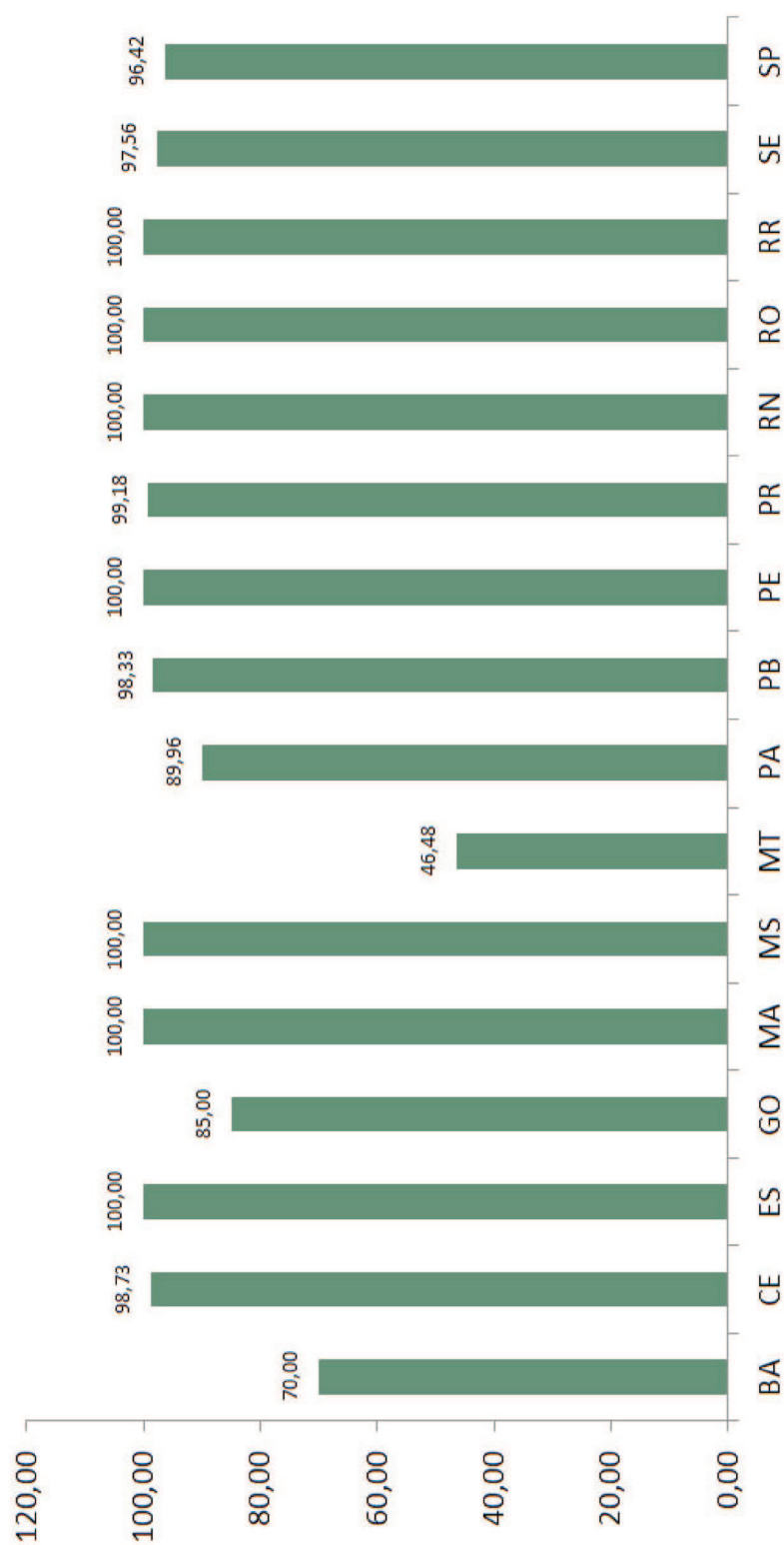
3. Dados referentes somente ao Interior uma vez que não foi possível obter resposta da Capital.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça

- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 36 - PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE CASOS DE 2011
NO PRÓPRIO ANO NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 33 - REQUISIÇÕES DE EXAME DE EFICIÊNCIA BALÍSTICA RECEBIDAS E LAUDOS EXPEDIDOS - CASOS DE 2011, POR UF, 2011

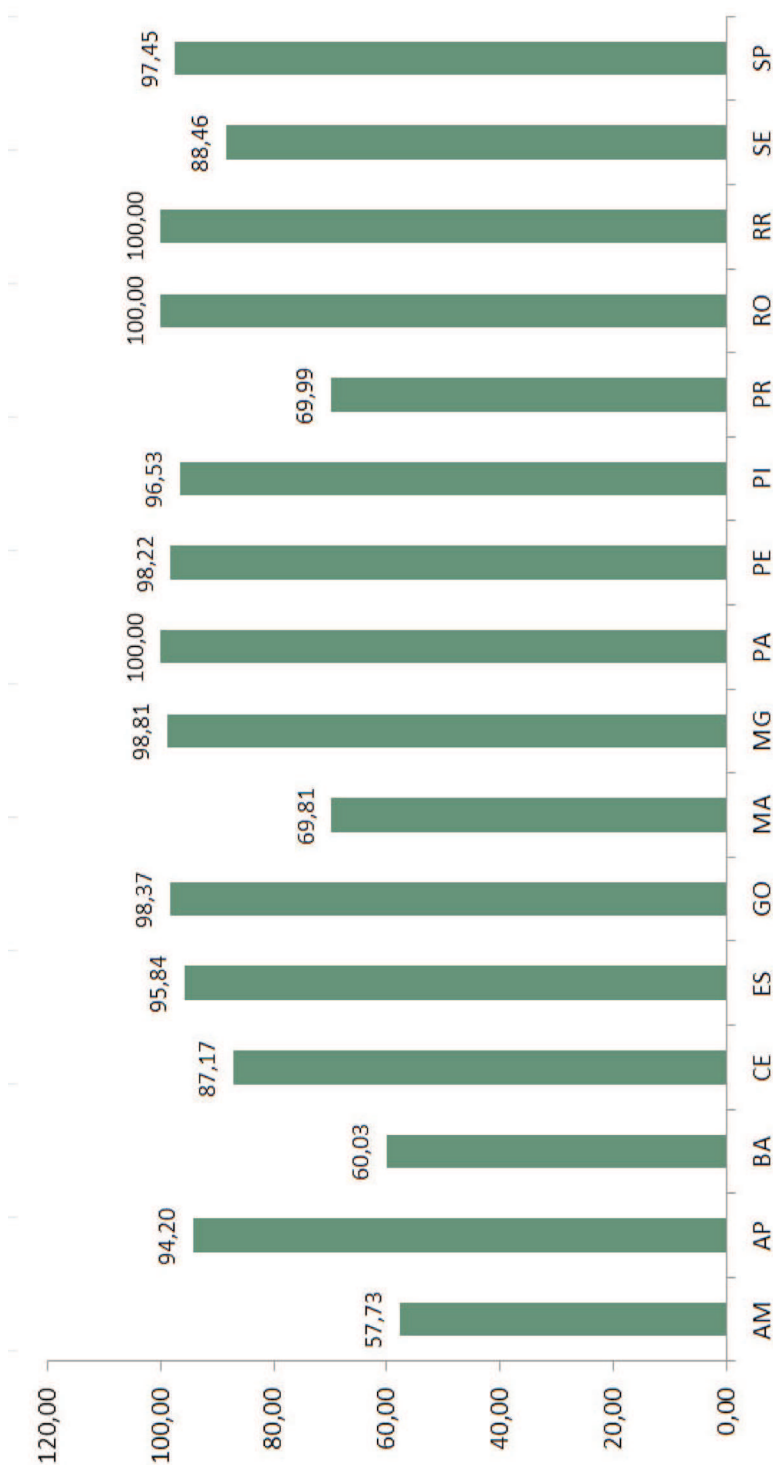
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Requisições Recebidas em 2011 ¹	Laudos Expedidos de casos de 2011
ACRE	**	**
ALAGOAS	**	**
AMAZONAS	1.862	1.075
AMAPÁ	293	276
BAHIA	9.707	5.827
CEARÁ	2.135	1.861
DISTRITO FEDERAL	**	**
ESPÍRITO SANTO	3.031	2.905
GOIÁS	1.228	1.208
MARANHÃO	414	289
MINAS GERAIS	2.516	2.486
MATO GROSSO DO SUL	**	**
MATO GROSSO	**	**
PARÁ	3.853	3.853
PARAÍBA	**	**
PERNAMBUCO	2.748	2.699
PIAUÍ	691	667
PARANÁ	8.348	5.843
RIO DE JANEIRO	**	**
RIO GRANDE DO NORTE	**	**
RONDÔNIA	1.307	1.307
RORAIMA	138	138
RIO GRANDE DO SUL	**	**
SANTA CATARINA	**	**
SERGIPE	1.300	1.150
SÃO PAULO	8.470	8.254
TOCANTINS	1.216	**
TOTAL	49.257	39.838

¹ Para fins de aferição do atendimento da demanda, assumiu-se que as requisições recebidas em 2011 referem-se a casos ocorridos naquele ano.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 37 - PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE EXAMES DE EFICIÊNCIA BALÍSTICA DE CASOS DE 2011 O PRÓPRIO, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 34 - REQUISIÇÕES DE EXAME DE CONFRONTO BALÍSTICO RECEBIDAS E LAUDOS EXPEDIDOS - CASOS DE 2011, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Requisições Recebidas em 2011 ¹	Laudos Expedidos de casos de 2011
ACRE	**	**
ALAGOAS	**	**
AMAZONAS	5	5
AMAPÁ	27	21
BAHIA	399	280
CEARÁ	171	38
DISTRITO FEDERAL	**	**
ESPÍRITO SANTO	516	171
GOIÁS	380	115
MARANHÃO	144	112
MINAS GERAIS	569	546
MATO GROSSO DO SUL	**	**
MATO GROSSO	**	**
PARÁ	192	192
PARAÍBA	**	**
PERNAMBUCO	296	268
PIAUÍ	34	32
PARANÁ	644	450
RIO DE JANEIRO	168	157
RIO GRANDE DO NORTE	**	**
RONDÔNIA	58	58
RORAIMA	3	3
RIO GRANDE DO SUL	**	**
SANTA CATARINA	**	**
SERGIPE	250	80
SÃO PAULO	718	620
TOCANTINS	418	**
TOTAL	4.992	3.148

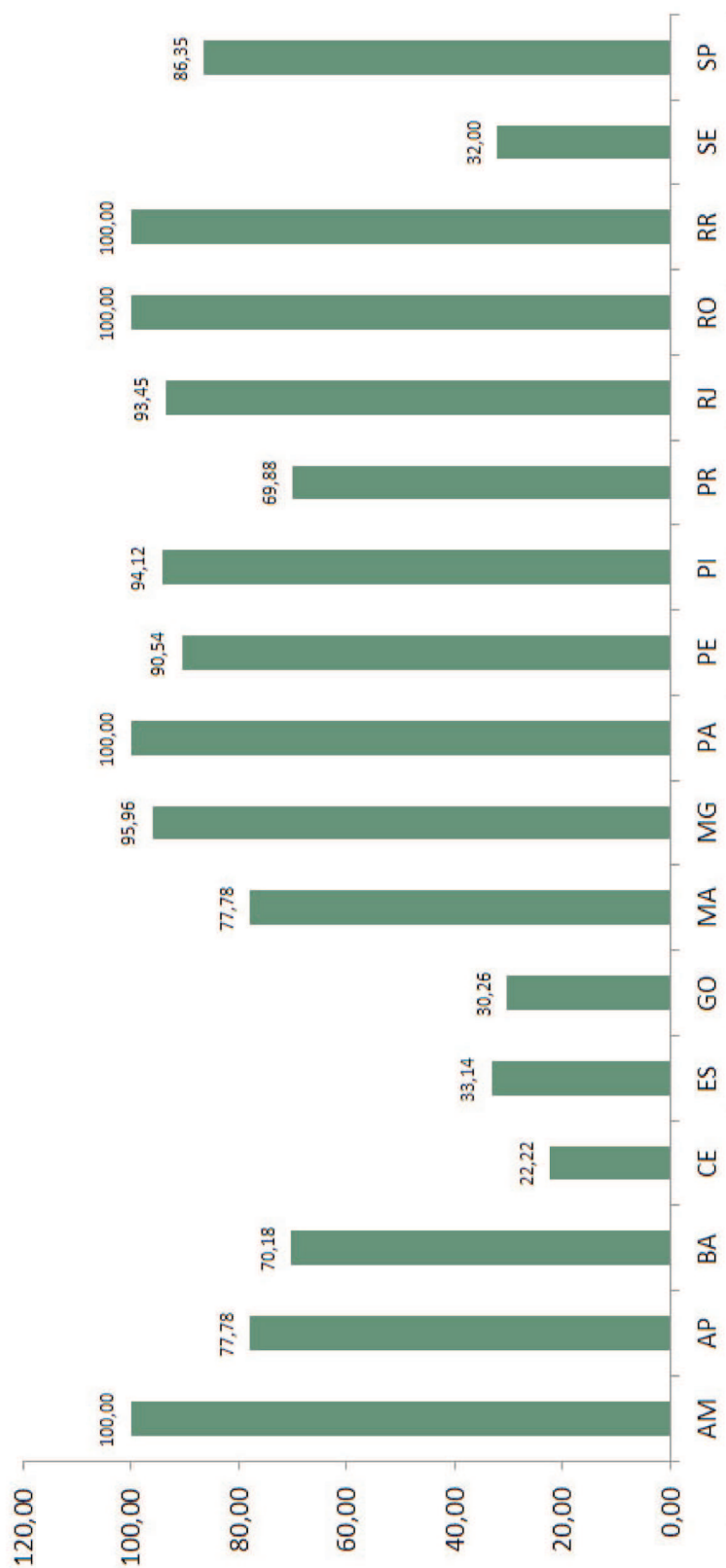
¹ Para fins de aferição do atendimento da demanda, assumiu-se que as requisições recebidas em 2011 referem-se a casos ocorridos naquele ano.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça

- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 38 - PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE EXAMES DE CONFRONTO BALÍSTICO DE CASOS DE 2011 NO PRÓPRIO ANO, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 35 - REQUISIÇÕES DE EXAME DE LOCAL DE CRIME VIOLENTO RECEBIDAS E LAUDOS EXPEDIDOS - CASOS DE 2011, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Requisições Recebidas em 2011 ¹	Laudos Expedidos de casos de 2011
ACRE	**	**
ALAGOAS	1.560	**
AMAZONAS	730	388
AMAPÁ	135	78
BAHIA	3.724	2.690
CEARÁ	1.890	955
DISTRITO FEDERAL	**	**
ESPÍRITO SANTO	2.160	**
GOIÁS	2.202	846
MARANHÃO	2.183	1.528
MINAS GERAIS	733	612
MATO GROSSO DO SUL	1.311	**
MATO GROSSO	810	**
PARÁ	1.557	1.557
PARAÍBA	**	**
PERNAMBUCO	1.222	1.193
PIAUÍ	290	99
PARANÁ	6.055	4.238
RIO DE JANEIRO	**	**
RIO GRANDE DO NORTE	2.419	2.419
RONDÔNIA	305	305
RORAIMA	116	116
RIO GRANDE DO SUL	**	**
SANTA CATARINA	**	**
SERGIPE	750	550
SÃO PAULO	144.041	**
TOCANTINS	**	**
Total	174.193	17.574

¹ Para fins de aferição do atendimento da demanda, assumiu-se que as requisições recebidas em 2011 referem-se a casos ocorridos naquele ano.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 39 - PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE EXAMES DE LOCAL DE CRIMES VIOLENTOS DE CASOS DE 2011 NO PRÓPRIO ANO, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 36 - REQUISIÇÕES DE EXAME DE NECROPSIA RECEBIDAS E LAUDOS EXPEDIDOS - CASOS DE 2011, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Requisições Recebidas em 2011 ¹	Laudos Expedidos de casos de 2011
ACRE	**	**
ALAGOAS	2.395	**
AMAZONAS	**	**
AMAPÁ	**	**
BAHIA	7.110	4.700
CEARÁ	2.813	2.643
DISTRITO FEDERAL	3.165	3.165
ESPÍRITO SANTO ²	2.670	2.670
GOIÁS	2.290	2.275
MARANHÃO	991	693
MINAS GERAIS	11.431	**
MATO GROSSO DO SUL	2.411	2.411
MATO GROSSO	2.675	1.065
PARÁ	1.557	1.557
PARAÍBA	1.367	1.319
PERNAMBUCO	2.623	2.623
PIAUÍ	1.119	1.119
PARANÁ ³	**	9.147
RIO DE JANEIRO	19.784	19.784
RIO GRANDE DO NORTE	1.245	1.245
RONDÔNIA	305	305
RORAIMA	547	547
RIO GRANDE DO SUL	**	**
SANTA CATARINA	**	**
SERGIPE	722	708
SÃO PAULO	32.367	29.898
TOCANTINS	**	**
TOTAL	99.587	87.874

¹ Para fins de aferição do atendimento da demanda, assumiu-se que as requisições recebidas em 2011 referem-se a casos ocorridos naquele ano. Foram solicitadas informações apenas sobre mortes violentas.

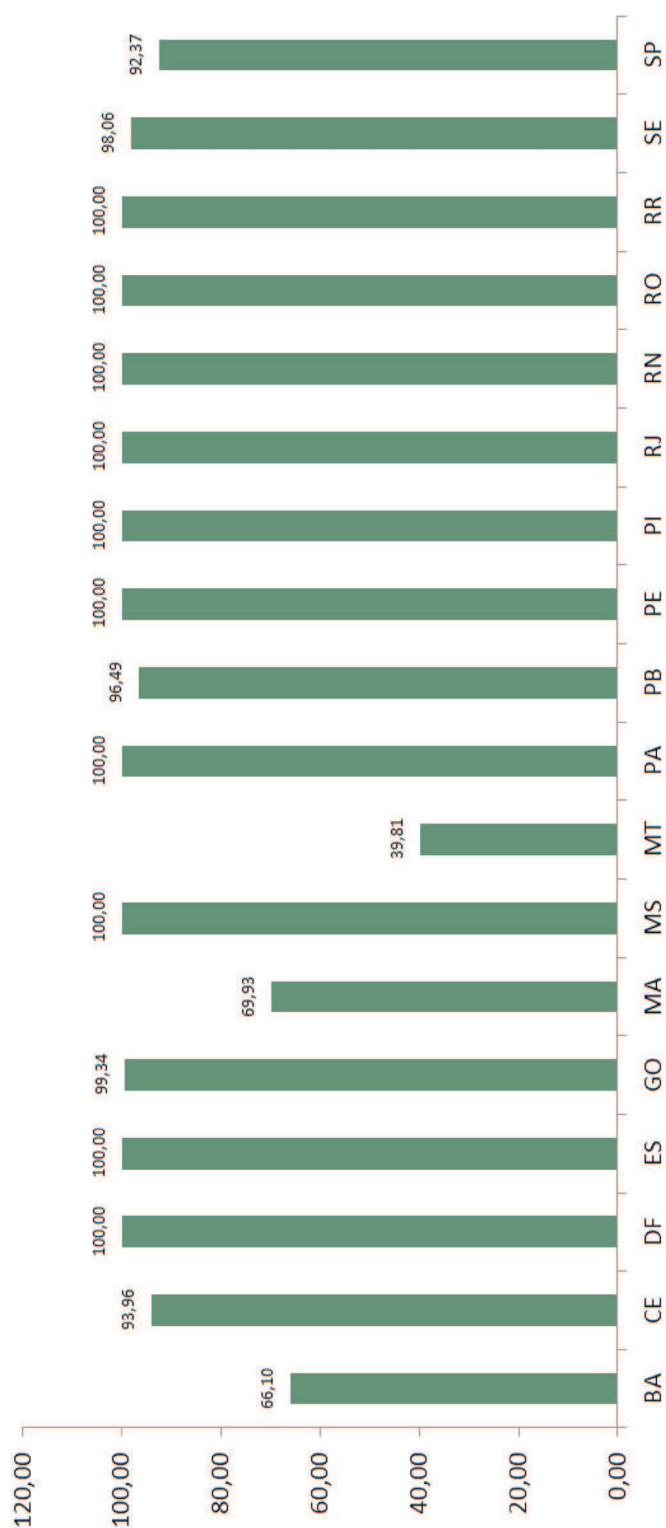
² Inclui mortes violentas e suspeitas.

³ Os dados do IML de Ivaiporã foram informados parcialmente, visto que a implantação do sistema nesta cidade ocorreu em meados de 2011. Não estão computados os dados do IML de União da Vitória.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 40 - PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE EXAMES DE NECROPSIA DE CASOS DE 2011 NO PRÓPRIO ANO, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

7.3. Passivos

Em relação ao passivo, destaca-se a quantidade de laudos pendentes nas unidades de Criminalística (Tabela 37). Em que pese que nem sempre há a instauração de inquéritos para apurar os crimes contra o patrimônio e os acidentes de trânsito, o que justificaria o passivo elevado destes tipos de laudo, o mesmo não ocorre em relação aos crimes contra a pessoa.

O passivo de laudos de local de crimes contra a pessoa envolve basicamente laudos de local de homicídios e os dados informados apontam a existência de mais de 22 mil casos em que o laudo não foi produzido e, conseqüentemente, em que a investigação está sendo realizada sem que haja informações consistentes sobre o local dos fatos e, eventualmente, sobre a dinâmica dos acontecimentos.

Os dados apontam ainda a existência de mais de 8 mil armas nas unidades de Criminalística aguardando a realização da perícia (Tabela 39). Este número tende a ser bem maior, se considerarmos que 13 UFs não responderam à questão, dentre elas São Paulo e Rio de Janeiro, que são os Estados em que há maior apreensão de armas de fogo. A permanência da arma na unidade de Criminalística é fator de risco porque nem sempre elas são armazenadas com a devida segurança.

Em que pese o alto número de pendências dos laudos de lesão corporal (Tabela 40), o passivo das unidades de Medicina Legal também é marcado pela não confecção dos laudos de quase 30 mil necropsias. Esse documento é importante para a investigação não apenas porque determina o tempo e a causa da morte, mas, por vezes, auxilia no estabelecimento da dinâmica dos fatos, já que aponta a direção e o sentido dos tiros e a existência ou não de projéteis de diversos calibres.

As pendências referentes aos exames de armas, aos laudos de local de crime e aos laudos de necropsia interferem diretamente na qualidade da investigação dos homicídios, fazendo com que os inquéritos careçam da prova técnica, componham-se somente das testemunhais e, conseqüentemente, cheguem fragilizados ao sistema de Justiça.

Tabela 37 - PASSIVO DE LAUDOS NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA, POR TIPO, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Local de Crime Contra Pessoa	Local de Crime Contra o Patrimônio	Acidente de Trânsito
ACRE	61	1.506	611
ALAGOAS	90	25	26
AMAZONAS	**	**	**
AMAPÁ	0	0	0
BAHIA	612	79	757
CEARÁ	807	1.570	780
DISTRITO FEDERAL	325	775	343
ESPÍRITO SANTO	**	**	**
GOIÁS	2.447	16.661	2.620
MARANHÃO	195	**	478
MINAS GERAIS	617	1.153	2.679
MATO GROSSO DO SUL	0	0	0
MATO GROSSO	288	2.478	375
PARÁ	175	326	2
PARAÍBA	36	121	93
PERNAMBUCO	257	876	926
PIAUÍ	150	800	1.147
PARANÁ	1.207	469	500
RIO DE JANEIRO	0	530	720
RIO GRANDE DO NORTE	**	**	**
RONDÔNIA	46	1.563	606
RORAIMA	**	**	**
RIO GRANDE DO SUL	2.126	3.692	281
SANTA CATARINA	876	3.352	237
SERGIPE	200	150	100
SÃO PAULO	11.982	164.496	48.387
TOCANTINS	**	**	**
TOTAL	22.497	200.622	61.668

**Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 38 - PASSIVO DE EXAMES NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA,
POR TIPO, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Exame Contábil	Identificação Veicular	Drogas	Documentoscopia / Grafoscopia	Informática
ACRE	0	7	**	5	0
ALAGOAS	**	4	207	93	13
AMAZONAS	10	**	30	10	443
AMAPÁ	0	0	**	0	**
BAHIA	9	**	**	202	851
CEARÁ	0	25	0	75	55
DISTRITO FEDERAL	3	33	178	403	240
ESPÍRITO SANTO	**	**	**	**	**
GOIÁS	0	0	853	1.436	1.144
MARANHÃO	**	**	**	**	**
MINAS GERAIS	0	107	3.768	322	423
MATO GROSSO DO SUL	1	19	0	76	86
MATO GROSSO	**	1.279	0	440	***
PARÁ	0	465	**	39	40
PARAÍBA	0	1	0	0	0
PERNAMBUCO	**	**	613	99	422
PIAUÍ	2	**	12	**	**
PARANÁ	**	204	1.986	146	2.503
RIO DE JANEIRO	0	0	145	0	35
RIO GRANDE DO NORTE	**	39	**	335	3
RONDÔNIA	0	0	0	0	0
RORAIMA	**	**	118	7	**
RIO GRANDE DO SUL	**	454	**	1.285	1.085
SANTA CATARINA	5	802	**	1.167	293
SERGIPE	0	100	30	50	**
SÃO PAULO	428	6.235	7.273	4.558	2.605
TOCANTINS	**	**	**	**	**
TOTAL	458	9.774	15.213	10.748	10.241

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 39 - PASSIVO DE ARMAS EXISTENTES NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA PARA EXAME DE EFICIÊNCIA OU CONFRONTO BALÍSTICO, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Quantidade
ACRE	**
ALAGOAS	1.225
AMAZONAS	**
AMAPÁ	6
BAHIA	***
CEARÁ	0
DISTRITO FEDERAL	**
ESPÍRITO SANTO	**
GOIÁS	1.500
MARANHÃO	**
MINAS GERAIS	306
MATO GROSSO DO SUL	10
MATO GROSSO	2.000
PARÁ	**
PARAÍBA	40
PERNAMBUCO	**
PIAUÍ	278
PARANÁ	**
RIO DE JANEIRO	**
RIO GRANDE DO NORTE	179
RONDÔNIA	0
RORAIMA	0
RIO GRANDE DO SUL	**
SANTA CATARINA	2.280
SERGIPE	200
SÃO PAULO	**
TOCANTINS	**
TOTAL	8.024

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

TABELA 40 - PASSIVO DE LAUDOS NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, POR TIPO, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Lesão Corporal	Lesão Corporal Ad Cautelar	Necroscópicos (morte violenta)	Cadavéricos (morte natural)	Exumação	Ossada	Sexológicos
ACRE	172	0	4	0	0	1	63
ALAGOAS	235	**	171	30	**	**	**
AMAZONAS	24.061	**	1.960	**	**	10	1.291
AMAPÁ	**	**	**	1.064	**	**	**
BAHIA	**	**	**	**	**	**	**
CEARÁ	**	**	**	**	**	**	**
DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0
ESPÍRITO SANTO	0	0	0	0	0	250	0
GOIÁS	**	**	**	**	**	**	**
MARANHÃO	2.450	**	90	**	**	**	**
MINAS GERAIS	**	**	**	**	**	**	**
MATO GROSSO DO SUL	**	**	**	**	**	**	**
MATO GROSSO ¹	**	**	**	**	**	**	**
PARÁ	**	**	**	**	**	**	**
PARAÍBA	0	**	41	*	0	8	2
PERNAMBUCO	909	**	***	**	**	**	542
PIAUÍ	**	**	**	**	**	**	**
PARANÁ ²	233	**	412	25	0	6	12
RIO DE JANEIRO	**	**	**	**	**	**	**
RIO GRANDE DO NORTE	**	**	**	**	**	**	**
RONDÔNIA	0	0	0	0	0	0	0
RORAIMA	2.639	**	314	189	**	1	316
RIO GRANDE DO SUL	**	**	**	**	**	**	**
SANTA CATARINA	300	0	150	0	0	100	430
SERGIPE	**	**	105	**	**	**	**
SÃO PAULO	208.490	138.930	26.481	5.037	94	104	13.517
TOCANTINS	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	239.489	138.930	29.728	6.345	94	480	16.173

¹ Não há passivo na capital e não há informações sobre o interior.

² Dados sobre lesão corporal incluem as informações sobre lesão ad cautelam. Exames cadavéricos, toxicológicos, psiquiátricos, psicológicos e de anatomia patológica são realizados somente na capital. Os dados de exames civis referem-se somente aos de DPVAT.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

	Exames cíveis	Embriguez	Toxicológicos	Psiquiátricos	Psicológicos	Outros	TOTAL
	0	**	**	**	**	**	240
	**	**	**	**	**	**	436
	**	**	2	2	**	966	28.292
	**	**	**	**	**	**	1.064
	**	**	**	**	**	**	-
	**	**	**	60	**	**	60
	0	0	0	0	0	**	-
	0	0	0	**	**	**	250
	**	**	**	**	**	415	415
	**	**	**	**	**	**	2.540
	**	**	**	**	**	**	-
	**	**	**	**	**	**	-
	**	**	**	**	**	**	-
	**	**	**	**	**	**	-
	*	0	**	**	**	*	51
	**	50	63	**	**	*	1.564
	**	**	**	**	**	**	-
	26	***	81	26	26	78	925
	**	**	**	**	**	**	-
	**	**	**	**	**	**	-
	0	0	0	0	0	*	-
	1	1	1	**	**	67	3.529
	**	**	**	**	**	**	-
	0	500	350	0	0	**	1.830
	**	**	**	**	**	**	105
	**	11.631	28.261	356	**	**	432.901
	0	0	0	0	0	0	-
	27	12.182	28.758	444	26	1.526	474.202

Tabela 41 - PASSIVO DE ATIVIDADES NAS UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO, POR TIPO, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Emissão de Cartelas de Identidade	Exames de Confronto Papiloscópico	Laudos Papiloscópicos	Outros	TOTAL
ACRE	**	**	**	**	-
ALAGOAS	13.175	0	0	29.563	42.738
AMAZONAS	**	**	81	*	81
AMAPÁ	**	0	0	*	0
BAHIA	**	**	**	*	-
CEARÁ	**	**	**	*	-
DISTRITO FEDERAL	**	**	**	*	-
ESPÍRITO SANTO	0	276	96	*	372
GOIÁS	40.000	0	150	*	40.150
MARANHÃO	0	0	0	*	0
MINAS GERAIS	**	**	**	*	-
MATO GROSSO DO SUL	0	0	0	*	0
MATO GROSSO	114.528	2.113	**	*	116.641
PARÁ	0	0	0	*	0
PARAÍBA	**	*	*	*	-
PERNAMBUCO	**	23	49	*	72
PIAUÍ	138.600	3	75	*	138.678
PARANÁ	0	9.000	9.000	511	18.511
RIO DE JANEIRO	0	**	**	*	0
RIO GRANDE DO NORTE	**	**	**	**	-
RONDÔNIA	**	**	**	*	-
RORAIMA	**	**	**	*	-
RIO GRANDE DO SUL	0	0	0	*	0
SANTA CATARINA	212	827	94	*	1.133
SERGIPE	0	0	0	*	0
SÃO PAULO	1.000	94	**	*	1.094
TOCANTINS	0	0	0	*	0
TOTAL	307.515	12.336	9.545	30.074	359.470

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 42 - PASSIVO DE EXAMES E LAUDOS NOS
LABORATÓRIOS AUTÔNOMOS, POR TIPO, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Dosagem Alcoolica	Toxicológicos	Drogas	Genética	Outros
AC	315	20	-	-	18
AP	**	**	**	**	**
BA	-	507	1019	607	-
CE	**	**	**	**	**
MS	-	-	-	296	-
MT	**	**	**	**	1605
PB	**	**	**	**	**
RN	450	-	-	120	60
RO	**	**	**	**	**
RS	**	**	**	**	**
SC	**	**	**	**	**
TOTAL	765	527	1.019	1.023	1.683

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 43 - PASSIVO DE EXAMES E LAUDOS NOS LABORATÓRIOS DE DNA,
POR TIPO, POR UF, 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DNA Forense	Exame de Paternidade	Total
DF	0	11	11
ES	0	0	0
MT	83	*	83
RJ	30	*	30
RO	95	*	95
TO	129	*	129
Total	337	11	348

* Não se aplica

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Ministério
da Justiça

